

26 Setembro 2016
Segunda-Feira
Semanário - Ano 1
Nº 28 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

MAUS SERVIÇOS, FALHAS DE SISTEMA E ATENDIMENTO

Bancos afugentam 11% dos clientes em Luanda

É um estudo da consultora Expogest a que o VALOR teve acesso: 11% da população luanense bancarizada já abandonou o primeiro banco por causa dos maus serviços. 41% da população bancária critica o atendimento e 31,5% queixa-se das falhas de sistema. Pág.14



ALOCAÇÕES PRIORIZAM SAÚDE E AGRICULTURA

Fundo Soberano aplica 465 milhões USD no país

Instituição liderada por José Filomeno dos Santos anuncia alocações directas na Agricultura e Saúde, num investimento de 465 milhões de dólares, até ao fim do ano. Contas preliminares do 1º trimestre de 2016 registam activos de 4,56 mil milhões de dólares. Pág. 16



ÓRGÃOS RECEBERAM CERCA DE 2,7% DA DESPESA DO OGE 2016

42 Institutos públicos custam 193 mil milhões kz aos cofres do Estado

DESPESA. Dos 35 ministérios, 19 possuem pelo menos um instituto, com dotação orçamental em 2016. No OGE em execução, 42 institutos receberam, no conjunto, 192,9 mil milhões de kwanzas, quase 2,7% do total da despesa pública inscrita no diploma. Ao VALOR, analistas propõem a redução das 'gorduras' do Estado e sugerem a fusão de órgãos com tarefas sobrepostas ou aproximadas. Pág. 4 a 9



Vera Daves na presidência da CMC



José Eduardo dos Santos voltou a mexer na administração da CMC. Vera Daves substituiu Patrício Villar. Pág.32



VALTER FILIPE EXPLORA ALTERNATIVAS À EUROPA

BNA vira-se para a África do Sul

O Banco Nacional de Angola passará a contar com o "apoio técnico" do South African Reserve Bank (SARB), o banco central sul-africano, no seguimento de acordos rubricados por Valter Filipe e Lasetja Kganyago, em Joanesburgo. O apoio incluirá as áreas de supervisão bancária, inclusão financeira, controlo cambial, entre outras. Pág 15

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ 186,2 Kz (-1) ▼ LIBRA 217,0 Kz (-3,9) ▼ YUAN 24,9 Kz (+0) ▲ RAND 11,9 Kz (+0,4) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



GORDURAS DO ESTADO

Quando a crise do subprime de 2008 atravessou as fronteiras dos Estados Unidos e da Europa e chegou a Angola um ano depois, o tema da reforma do Estado monopolizou as arenas do debate público. A sociedade informada voltou-se contra o Estado e exigiu do Governo medidas práticas que combatessem o despesismo público. O Governo respondeu, timidamente, com referências genéricas de que compreendia a urgência de cortes nos gastos supérfluos. Lançada a promessa oficial, ainda que em soltos discursos de circunstância, gerou-se a expectativa colectiva, mas, mal o petróleo regressou à casa dos 100 dólares por barril em 2011, o prometido deixou de ser devido. Não só o Governo ignorou os alertas para a necessidade da diminuição da estrutura do Estado, como descomprometeu-se com o despesismo, amparando uma gestão descontrolada dos recursos, como, por exemplo, não deixam de mentir os resultados que o sector empresarial público vem reportando nos últimos anos.

O regabofe teria, entretanto, de acabar da pior maneira. O país voltou a mergulhar numa crise sem precedentes, quebrando, de forma violenta, a

entrada de receitas ordinárias, desde meados de 2014. O tema 'esquecido' voltaria a ser chamado, mas, desta vez, perante circunstâncias mais agravadas. O Governo reage, como sempre, com promessas de reformas, mas a evolução para a dimensão prática continua uma miragem. O Estado mantém-se pesado em toda a sua dimensão. Apesar de todos os apertos que afligem a economia desde há mais de dois anos, não há convicção para reformas de fundo. O esforço para a contenção do Orçamento não vai além de cortes nas despesas de capital. O que é sempre uma má notícia, porque, mesmo se tratando de uma medida contextual, a redução da despesa de investimento acarreta sempre consequências estruturais, especialmente para países subdesenvolvidos, tal é o caso de Angola. Na despesa má – nos custos correntes supérfluos – não se mexe, pelo menos em termos estruturais. Falta vontade e coragem políticas, mas também porque o poder encontrou, na dilatação do Estado, um mecanismo de contenção de conflitos 'intramuros', por via da acomodação da

elite que o serve. Só assim se explica, por exemplo, a manutenção de ministérios justificados por eventos concretos de outros contextos, como é o caso do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria. A este propósito, a avaliação do economista Victor Hugo até é mais extensa, elencando, de forma clara, os departamentos ministeriais que até para a percepção comum deveriam ser fundidos ou simplesmente extintos. O Observatório do VALOR, desta semana, explora, entretanto, uma dimensão ainda mais abaixo dos ministérios e mostra o peso relativo dos institutos públicos, dependentes e autónomos, nas contas do Estado. Exemplifica com casos de sobreposições funcionais ou de institutos que actuam em áreas de grande proximidade conceptual e que, só por isso, justificam, à semelhança do que se exige acima, fusões entre uns e a extinção de outros tantos. Enquanto houver resistência em manter-se as gorduras do Estado intactas, nas condições em que se apresentam, qualquer conversa sobre reforma estruturais será 'para inglês ver'.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente de Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

email: administracao@gem.co.ao

A semana

19

3 PERGUNTAS A...



Gabriel Cangueza

Perito em Fundos de Pensões

Que importância os fundos de pensões poderão ter para a economia nacional?

Os fundos de pensões são um veículo de poupança e as poupanças permitem transferir recursos dos agentes excedentários para os agentes deficitários que são, em regra, potenciais investidores ou consumidores que fazem acontecer a economia de um país. A grande particularidade dos fundos de pensões é que eles são os maiores clientes das Obrigações dos Tesouros dos Estados e dos Títulos do banco central ou do Mercado de Capitais.

Qual é o ponto de situação do sector no mercado nacional?

O último estudo da ARSEG sobre este mercado indicava que, em 2013, o total de fundos de pensões geridos, em Angola, representava 0,60% do PIB, comparando com Portugal onde, em 2013, o sector representava 8,85% do PIB. Significa que, em matéria de fundos de pensões, muito ainda há por se fazer.

O negócio do fundo de pensões é sustentável?

O negócio de fundos de pensões é desenvolvido por seguradoras ou gestoras de fundos de pensões e, dado o cenário acima exposto, revela-se sustentável, sem descurar a necessidade de investimentos na formação de quadros qualificados para esta indústria.

TERÇA-FEIRA

Um complexo de 45 mil quilómetros quadrados de granito negro foi descoberto, no quadro do Plano Nacional de Geologia (Planageo), na área que cobre as províncias da Huíla e do Cunene. O referido complexo ultrapassa a maior área coberta por granito negro no mundo, localizado no Canadá.

QUARTA-FEIRA

Um contrato de investimento privado, no domínio da pesca industrial, avaliado em 3,7 milhões de dólares, foi assinado entre o Ministério das Pescas e a empresa UNI-Angola. O contrato foi rubricado pela ministra das Pescas, Vitória de Barros Neto, e pelo director-geral da UNI-Angola, António Oliveira.

QUINTA-FEIRA

Foi anunciado que o cartão de recarga de telefone móvel, que custa 900 kwanzas, vai ser vendido a 1.250 kwanzas, dentro de um mês, com a entrada em vigor da actualização da Unidade de Taxa de Telecomunicações (UTT).



SEGUNDA-FEIRA

A Assembleia Nacional aprovou, em votação final, a proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral de Estado (OGE) de 2016, que aumenta a dívida para impulsionar a economia. A proposta mereceu os votos favoráveis dos partidos MPLA e FNLA. A UNITA e a CASA-CE votaram contra e dois deputados do PRS abstiveram-se. A revisão do OGE surge da forte quebra nas receitas com a exportação de petróleo no primeiro semestre.

SEXTA-FEIRA

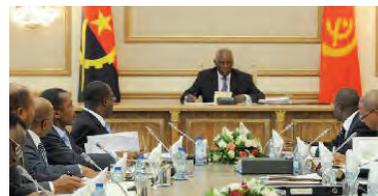
O orçamento da Assembleia Nacional vai crescer 95% em 2017, face ao orçamento para este ano, para 44,8 mil milhões de kwanzas, segundo uma resolução parlamentar, citada pela Lusa.

SÁBADO

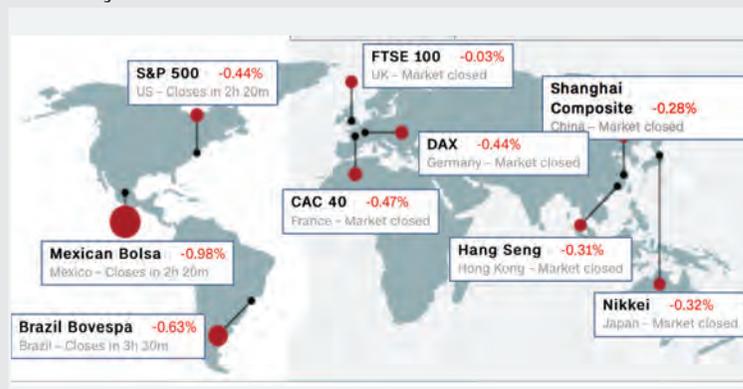
Um projecto para a reprodução de peixe em gaiolas na lagoa do Úlua, no Bengo, foi lançado pela secretária de Estado das Pescas, Antónia Nelumba. O empreendimento orçado em nove milhões de dólares vai beneficiar ex-militares e está inserido em cinco cooperativas.

DOMINGO

Um novo projecto imobiliário denominado "Aida Cristina", localizado em Viana, avaliado em mais de 60 milhões USD e já executado em cerca de 80%, foi apresentado, nesta data. De iniciativa da Afritrack Angola, o empreendimento ocupa uma zona de 11 hectares.



COTAÇÕES



SEMANA DE GANHOS, FECHA NEGATIVA

A semana de ganhos proporcionados pela manutenção da taxa de juro, anunciada pela Reserva Federal Americana, chegou à sexta-feira e perdeu gás, graças ao declínio da produção interna nos EUA e à China, que provocou pânico nos mercados mundiais ao emitir legislação que fecha minas, visa incentivar o uso de energias limpas e reduz a dependência do país em minérios poluentes. Sexta fechou com a maioria dos mercados em terreno negativo e com o crude a baixar para abaixo dos 46 USD.



Petróleo Brent	45,88	-1,77	-3,71%
Petróleo	44,47	-1,85	-3,99%
Gás Natural	2,941	-0,049	-1,64%
Ouro	1.340,25	-4,45	-0,33%
Prata	19,727	-0,372	-1,85%
Cobre	2,202	+0,008	+0,34%
Café Londres	1.997,00	+0,00	+0,00%
Alumínio	1.638,25	+9,50	+0,58%

PETRÓLEO COM GANHOS DE POUCA DURA

O PSI 20 acompanhou a tendência negativa europeia, fechando uma semana de ganhos a perder 0,77, com o BCP a atingir novos mínimos históricos, com cada acção a 1,46 euros. Das 20 cotadas, 15 estiveram em queda, contrariada apenas pela Mota Engil (+1,05%) e pela Jerónimo Martins (+0,03%). O petróleo perdeu os 3% que havia ganho depois de um relatório que afirma que a Arábia Saudita não esperava ver aceite o acordo que propôs ao Irão (de corte de produção).

Observatório



Mário Mijetes © NE



Bernarda Martins

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA

- Instituto Angolano de Acreditação
- Instituto Angolano de Normalização e Qualidade
- Instituto Angolano de Propriedade Industrial
- Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola
- Instituto Nacional de Inovação e Tecnologias Industriais



Luís Gomes Sambo

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- Instituto Angolano de Controlo de Câncer
- Inst. N. Combate e Controlo da Tripanossomíases
- Inst. N. Combate e Luta Contra a SIDA
- Inst. N. de Emerg. Médicas De Angola
- Instituto Nacional de Sangue

Cinco Institutos
por Ministério

42

Total dos institutos públicos com
cabmentação no Orçamento Geral do
Estado (OGE) revisto de 2016.

ESTADO APROVOU ORÇAMENTOS DE 42 INSTITUTOS

Institutos públicos custam 192,9 mil milhões de kwanzas ao Estado

DESPESA PÚBLICA. Estado aprovou, no geral, o orçamento de 42 institutos públicos que, juntos, implicaram despesas na ordem dos 192,9 mil milhões de kwanzas no Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto de 2016.

Por António Nogueira

Dos 35 ministérios que compõem o Executivo, 19 possuem, pelo menos, um instituto público, com dotação orçamental em 2016. No geral, o Governo aprovou o orçamento de 38 dos órgãos em causa que, juntos, perfizeram um total de cerca de 192,9 mil milhões de kwanzas,

em termos de despesas, representando um peso de cerca de 2,7% no OGE revisto deste ano, calculado em 6.959,73 biliões de kwanzas.

O Ministério da Indústria que, desde 2008, contava apenas com três institutos, possui agora um total de cinco, liderando, assim, a lista dos pelouros com institutos públicos orçamentados, ao lado somente do Ministério da Saúde que conta igualmente com cinco órgãos afins. O aumento de três para cinco dos institutos orçamentados na Saúde ocorreu depois de 2008, após a crise do 'subprime' nos Estados Unidos que se espalhou

rapidamente pelo globo, levando Angola 'por tabela'.

As razões na base deste incremento de dependências na Indústria e na Saúde continuam por se apurar de fontes oficiais. No entanto, analistas consultados pelo VE avaliam que os novos órgãos terão nascido da necessidade de ajustamentos na política de gestão dos ministérios.

Apesar de "compreender a situação", o economista Victor Hugo considera que, nos dias que correm, em que o país se confronta com uma crise económica, essas apostas "devem ser desencorajadas", sendo que a actual conjun-

tura desaconselha a formação dos chamados governos 'gordos', que impactam negativamente na gestão da despesa pública.

Os órgãos acometidos à Indústria são, nomeadamente, o Instituto Angolano de Acreditação que beneficiou de uma cabimentação orçamental de 62,6 milhões de kwanzas; o Instituto Angolano de Normalização e Qualidade, com uma verba de 148,5 milhões de kwanzas; Angolano de Propriedade Industrial (149,6 milhões); Desenvolvimento Industrial de Angola (185,7 milhões) e o Instituto Nacional de Inovação e Tec-

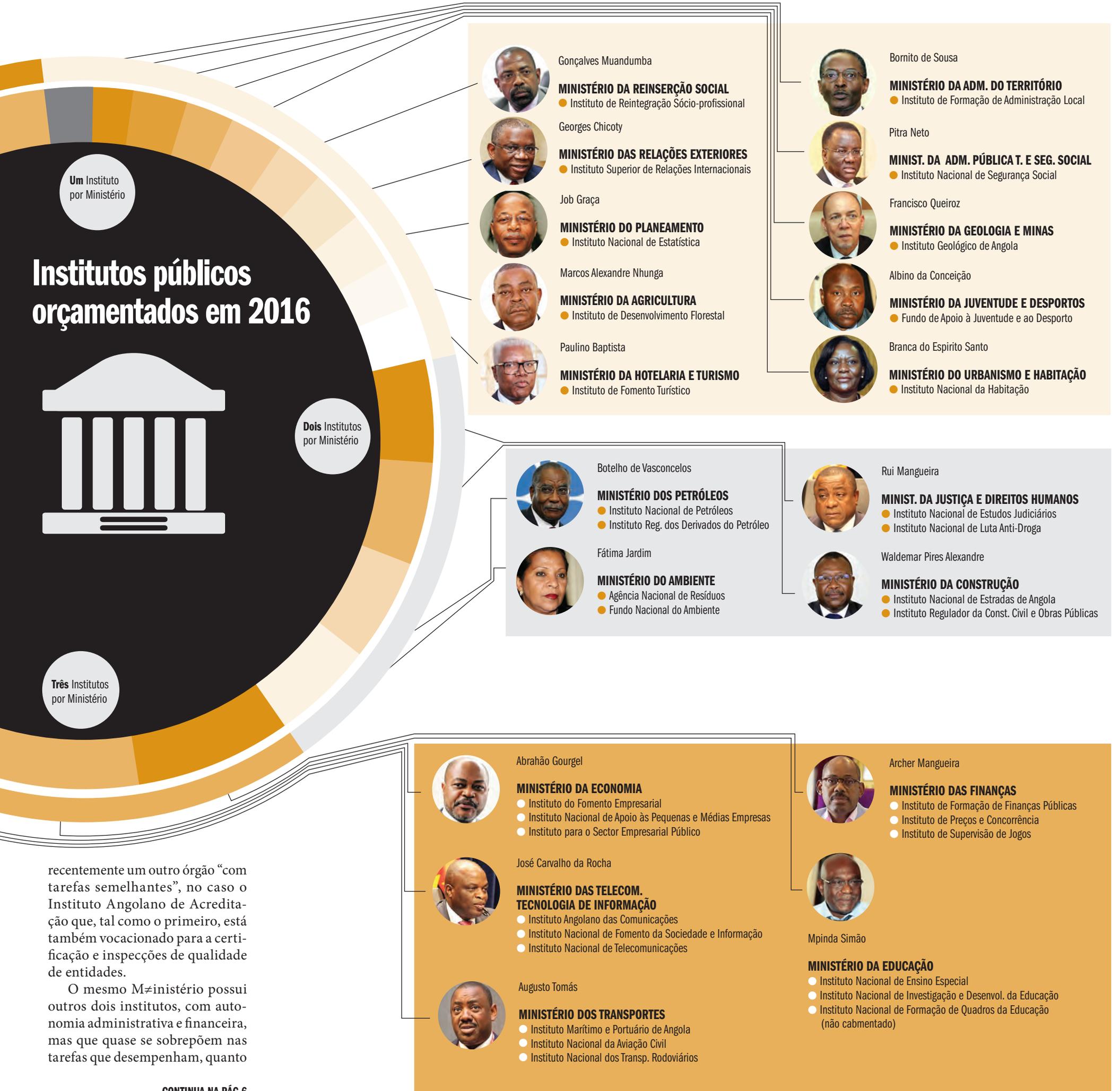
nologias Industriais, com um montante de 63,8 milhões de kwanzas.

No conjunto, só os institutos públicos atrelados ao Ministério da Indústria se traduzem em gastos na ordem dos 610,5 milhões de kwanzas, um 'fardo financeiro' que, segundo os analistas, poderia ser mitigado, tendo em conta que, em muitas das situações, as tarefas acometidas aos órgãos em questão se sobrepõem.

O pelouro da Indústria, a título de exemplo, que possui, desde 2008, um Instituto de Normalização e Qualidade, 'recebeu' muito

610,5

Milhões de kwanzas é a globalidade dos gastos, referente ao conjunto de institutos públicos, atrelados ao Ministério da Indústria em 2016.



recentemente um outro órgão “com tarefas semelhantes”, no caso o Instituto Angolano de Acreditação que, tal como o primeiro, está também vocacionado para a certificação e inspecções de qualidade de entidades.

O mesmo Ministério possui outros dois institutos, com autonomia administrativa e financeira, mas que quase se sobrepõem nas tarefas que desempenham, quanto

Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG.5

ao objecto social. Trata-se dos institutos de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), criado em 2004, e do de Inovação e Tecnologias Industriais (INITI), recentemente criado, sendo que o primeiro está vocacionado para a promoção do desenvolvimento industrial e o segundo para o desenvolvimento de tecnologias industriais.

O outro ministério com um número significativo de institutos públicos, o da Saúde, embora não se notem casos de sobreposição de tarefas à primeira vista, implicou igualmente consideráveis despesas a nível do OGE, estimando-se um total 3,8 mil milhões de kwanzas.

Com excepção dos órgãos atrelados à Indústria e à Saúde, a lista das despesas, no entanto, é completada por um conjunto de 28 institutos públicos afectos a 17 outros ministérios, dos 35 que compõem

actualmente a máquina do Estado (ver infografia).

Em relação à sobreposição de tarefas ou ao exercício de “tarefas com notável proximidade” por órgãos diferentes, como notam observadores, o quadro é extensivo a outros sectores, como é o caso do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação que possui um instituto das Comunicações e um outro de Telecomunicações, para além de um terceiro voltado para o Fomento da Sociedade de Informação.

O Ministério da Economia, por sua vez, possui também um Instituto de Fomento Empresarial, um outro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e um terceiro para o Sector Empresarial Público quando, na opinião de alguns analistas, todas estas tarefas poderiam estar cometidas a um único instituto ou atreladas às tradicionais

MEMORIZE

● **No conjunto**, só os institutos públicos atrelados ao Ministério da Indústria, se traduzem em gastos na ordem dos 610,5 milhões de kwanzas, um ‘fardo financeiro’ que, segundo os analistas, poderia ser mitigado.

3,8

Mil milhões de kwanzas, é o valor das despesas totais que os institutos públicos, adstritos ao Ministério da Saúde, representam no OGE revisto deste ano.

direcções nacionais dos ministérios.

O actual cenário, na visão do economista Victor Hugo, terá, num futuro breve, de ser reformado, reforçando que “o Estado terá de ser esvaziado e tornado o mais magro possível”, algo que deverá ser impulsionado com a necessidade de se dar maior incentivo ao crescimento económico do sector privado, “para equilibrar as contas nacionais”.

Já para Precioso Domingos, outro economista, o caso da estrutura do Estado angolano é incomum no quadrante da região austral, sendo que, explica, o esperado para os países de economia de mercado é um rácio entre os gastos públicos versus PIB à volta dos 16%.

“Angola apresenta um rácio um pouco acima de 30% a julgar pelos dados do OGE 2016. Um peso acima da média da SADC e muito mais ainda de Moçambique, por exemplo. Em termos práticos, isso significa que o défice orçamental é mais sacrifício para as famílias e as empresas, tudo porque se vai pôr a funcionar uma máquina extremamente pesada”, compara, reforçando que as famílias vêem o seu rendimento disponível menor, face à elevada renda que têm de pagar ao Estado.

O actual quadro, segundo este

especialista, “provoca também o efeito crowding-out (efeito deslocamento), em que o Governo entra em disputa com os agentes privados no mercado de capital para financiar o seu défice orçamental”. Consequentemente, acrescenta, as taxas de juro elevam-se, o que inviabiliza os investimentos privados (o grande motor das economias). “Ou seja, o Estado transfere para si o crédito que deveria ser destinado aos privados”, explicita.

OS ALTOS E BAIXOS DO ORÇAMENTO

As verbas cabimentadas aos distintos institutos públicos, este ano, revelam, nalguns casos, um crescimento quando comparadas com as consignadas no Orçamento Geral do Estado de 2015, ano em que, no geral, as despesas realizadas rondaram os 179 mil milhões, contra os 192,9 mil milhões de kwanzas de 2016.

Individualmente, os institutos do Ministério da Saúde foram igualmente os que somaram mais despesas no OGE de 2015, calculadas em cerca de 6,2 mil milhões de kwanzas, contra os 3,8 mil milhões alcançados no corrente ano.

O Ministério da Indústria, entretanto, embora não tenha superado as despesas canalizadas ao sector da Saúde, este ano,

173,4



Os 10 mais abastados do Orçamento

(Valores expressos em mil milhões de kwanzas)



Lei proíbe sobreposição de tarefas

Ao contrário da visão de alguns analistas que afirmaram haver sobreposição de tarefas entre alguns institutos públicos, a Lei sobre a matéria estabelece que um dos requisitos para a sua criação requer a observância do princípio da não duplicação, concorrência

ou sobreposição com outro organismo do sector público administrativo ou do sector empresarial público e racionalidade de estrutura e de pessoal.

Constituem ainda requisitos comuns para a criação de institutos públicos pressupostos como o

reconhecimento da necessidade de realização da atribuição do sector através de entidade especializada com a natureza de instituto público.

Além dos requisitos atrás estabelecidos, os institutos públicos do sector económico ou produtivo são criados mediante a confirma-

ção, por estudo de viabilidade, das receitas próprias atingir pelo menos um terço das despesas totais previstas, após doze meses do início da respectiva actividade.

Os institutos públicos, de acordo com a legislação, são pessoas colectivas dotadas de personalidade

19

Quantidade de ministérios, cujos institutos públicos estão cabimentados no Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto de 2016.

acabou por dar um salto significativo no que respeita a orçamentação dos institutos públicos a si acomedidos, cinco no total, contra três do ano passado, o que significou igualmente um acréscimo no seu orçamento.

Entretanto, uma situação inversa ocorreu com o Ministério da Economia que, apesar de ter conseguido manter os três institutos sob a sua tutela com cabimentados, viu o seu orçamento reduzido este ano, ao receber apenas 966,6 milhões de kwanzas, contra os 1,9 mil milhões do ano anterior.

O Ministério do Planeamento que, tal como no ano passado, se manteve apenas com um único instituto com cabimentação orçamental registou de igual modo uma redução nas verbas, passando dos 2,2 mil milhões de kwanzas para os actuais 1,7 mil milhões.

Enquanto isso, o Ministério das Finanças, que neste ano manteve o mesmo número de institutos públicos cabimentados, viu o seu orçamento a 'disparar' para os 2,3 mil milhões de kwanzas, contra os cerca de mil milhões registados, em 2015.

Já o Ministério das Relações Exteriores, que havia beneficiado de uma fatia orçamental de 221,8 milhões de kwanzas, no ano passado, viu este montante a crescer



para 243,9 milhões de kwanzas, no corrente ano. Entretanto, tal como no período anterior, o pelouro liderado por Georges Chicoty viu orçamentado o único instituto público que tem sob tutela, no caso o Instituto Superior de Relações Internacionais.

As verbas também dispararam no pelouro da Administração do Território, liderado por Bornito de Sousa, ao sair dos 366 milhões

de kwanzas, em 2015, para os 834 milhões este ano, valor destinado às despesas do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL).

Os dinheiros destinados ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), atrelado ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), também registam um crescimento significativo, tendo se fixado, este ano, na ordem dos 173 mil milhões de kwanzas, contra os 155 mil milhões de 2015.

Na área da indústria extrativa,

houve igualmente reduções, sendo que, no caso do sector petrolífero, as verbas orçamentadas, nomeadamente no Instituto Nacional de Petróleos e no Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo, perfizeram, no conjunto, um total de 503,9 milhões de kwanzas, este ano, valor abaixo dos 550,4 milhões registados, no ano passado.

Entretanto, a nível da Geologia e Minas, houve uma evolução nos resultados, tendo a verba cabimentada, este ano, se fixado na ordem dos 207 milhões de kwanzas, contra os 115 milhões do ano passado, montante canalizado às despesas do Instituto Geológico de Angola.

1,9

Mil milhões de kwanzas valor cabmentado aos institutos atrelados ao Ministério da Economia, no OGE de 2015.

2,7

Valor percentual do peso das despesas destinadas aos institutos públicos, no valor global do OGE.

Os 10 menos abastados do Orçamento

(Valores expressos em milhões de kwanzas)



jurídica de direito público, integram a administração indirecta do Estado e assumem a forma de serviços personalizados, estabelecimentos públicos, agências e fundações públicas.

Na fase da sua criação, são classificados como institutos públicos

do sector económico ou produtivo, quando pela natureza da sua actividade são susceptíveis de gerar receitas próprias correspondentes, no mínimo, a um terço das despesas totais. Por outro lado, são classificados como do sector administrativo ou social, quando

em razão do seu objecto de actividade dependem exclusivamente dos recursos financeiros provenientes do Orçamento Geral do Estado.

Os institutos públicos, segundo a Lei, estão sujeitos ao princípio da especialidade, apenas prosseguindo os fins específicos que jus-

tificaram a sua criação e possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial. No entanto, estão sujeitos à tutela e superintendência do Executivo, exercidas pelo titular do órgão que tem a seu cargo o sector de actividade dos institutos respectivos.

Nos casos dos institutos seleccionados como sendo do sector administrativo ou social a autonomia financeira é limitada à gestão dos recursos aprovados pelo Orçamento Geral do Estado.

Por António Nogueira

Observatório



ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

O papel reservado às outras entidades públicas

Para além dos institutos, a administração central do Estado é ainda composta por outras estruturas afins, a destacar, por exemplo, as agências que são uma espécie de institutos públicos que prosseguem fins de natureza reguladora, fiscalizadora e de promoção de actividades de interesse público de sectores ligados à economia.

A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) é uma das instituições. Tida como uma pessoa colectiva de direito público, a agência goza de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira, patrimonial e regulamentar. O mesmo perfil possui a Agência Reguladora do Mercado de Ouro (ARMO).

Entretanto, a administração central do Estado contempla, de igual modo, outras estruturas como os designados 'serviços personalidades' que, em termos jurídicos, são estruturas executivas internas da administração do Estado, dotados de relativa autonomia funcional, como forma de melhor assegurar a prossecução e as atribuições dos respectivos organismos.

Existem as fundações públicas

que, regra geral, também são uma espécie de institutos públicos, criados pelo Estado aos quais este afecta um património específico com vista à prossecução de um fim público.

A estrutura das fundações públicas comporta, em regra, dois Gabinetes de natureza técnica, dirigidos por um Chefe de Departamento e integrado por até dez trabalhadores.

As fundações públicas devem possuir quadro de pessoal com um número de até 40 lugares, entre funcionários públicos do regime geral ou especial e trabalhadores admitidos por contratos individuais de trabalho. Estes organismos também gozam de autonomia patrimonial e financeira e não dependem do Orçamento Geral do Estado, devendo as respectivas despesas de funcionamento ser suportadas por recursos próprios.

O Direito Administrativo angolano permite ainda que os chamados 'estabelecimentos públicos' engrossem a lista de entidades que participam da administração do Estado. Estas estruturas caracterizam-se pela sua natureza social ou cultural, organizados como serviços abertos ao cidadão utente com vista a fornecer prestações individuais ou colectivas, mediante contraprestação, comparticipação ou de forma gratuita.

Ao contrário dos institutos públicos que estão sujeitos à tutela e superintendência do Executivo, exercidas pelo titular do órgão dos respectivos institutos, muitas das outras estruturas públicas que intervêm na administração geral do Estado respondem direc-

VICTOR HUGO, ECONOMISTA

“Governos com grande composição ministerial são ineficientes”

ENTREVISTA. Antes da análise sobre a quantidade de institutos públicos que compõem o aparelho do Estado, o economista Victor Hugo defende a redução dos órgãos do Governo e a fusão de alguns ministérios que “quase executam as mesmas tarefas”.

Por António Nogueira

Angola possui um aparelho do Estado com 35 ministérios, além de uma série de institutos públicos.

Em termos práticos, o que esse ‘fardo’ pode representar para a economia nacional?

Na literatura da ciência económica, assim como da ciência política, os governos dos países pobres, constituídos por uma grande composição ministerial, são normalmente ineficientes, burocráticos e corrup-

tos porque interferem com mecanismos da livre iniciativa. Quando a livre iniciativa é morta, criam-se obstáculos de grande dimensão no processo de crescimento económico, político e social de um país.

O que se pode depreender da estrutura do Governo angolano. É excessivamente grande ou nem por isso?

Na nossa realidade, vemos um Governo excessivamente grande que, praticamente, está envolvido em vários sectores da nossa economia. Em termos práticos, isto significa que quando o Governo é demasiadamente largo, tende a ter uma despesa pública grande. E quando a despesa é mais elevada, ela prejudica o crescimento eco-

nómico através da transferência de recursos adicionais de sectores produtivos da economia para o Governo, que as utiliza de forma menos eficiente. Também se pode afirmar que uma expansão do sector público complica os esforços para a implementação de políticas económicas, como a reforma tributária que é fundamental para a protecção do crescimento económico, porque os governos ‘gordos’ são normalmente associados a défices orçamentais.

Baseando-se nos indicadores reais do país, pode dizer-se que um governo ‘gordo’, como o actual, não é propício para um melhor desempenho económico. De facto, a redução do tamanho do Governo poderia reduzir os gastos do Estado

Quem responde a quem?

tamente ao Chefe do Executivo. É o caso, por exemplo, das agências, nomeadamente da ARSEG, que actua no mercado dos seguros, e da Agência Reguladora do Mercado de Ouro, podendo ainda, neste caso particular, o Presidente da República delegar, no todo ou

em parte, e através de instrumento próprio, os poderes de superintendência num membro do Executivo.

Outra instituição que é superintendida pelo Chefe de Estado, mas tutelada pelo órgão reitor da actividade, é a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) que, no

entanto, tal como a ARSEG, está atrelada ao Ministério das Finanças. Já a Agência Reguladora do Mercado de Ouro está sob tutela do Ministério de Geologia e Minas.

Em relação aos institutos públicos, enquanto sob o poder do órgão de tutela, este tem a prerrogativa

“A redução do tamanho do Governo poderia reduzir os gastos do Estado e possivelmente levar os rendimentos a crescerem.”



e, possivelmente, levar os rendimentos a crescerem, melhorando assim a competitividade da economia.

Defende a redução da estrutura do Governo, sobretudo nessa fase de crise?

Esta é uma questão de prioridade que, politicamente, depende do gestor máximo do país. Mas deveríamos mesmo reduzir o tamanho do Governo. Muitas vezes não se percebe a razão da existência de vários secretários de Estado em alguns ministérios, quando o trabalho destes poderia, às vezes, ser executado pelos directores nacionais. Não vejo a lógica da existência de ministérios que quase desempenham a mesma actividade.

Temos casos do género?

Por exemplo, o Ministério da Educação, em toda a parte do mundo, é um órgão do Estado que persegue, entre outros objectivos, promover a política nacional de educação que compreende a educação infantil; a geral, compreendendo os ensinamentos fundamental, médio, superior, a educação de jovens e adultos, profissional, específica e à distância, excepto ensino militar. Tem ainda a missão de fazer a avaliação, informação, pesquisa educacional e extensão universitária. Neste contexto, não vejo a razão da existência dos ministérios do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia, quando os seus trabalhos deveriam ser realizados pelas reitorias das universidades.

E os outros ministérios têm razão de ser?

Os ministérios do Comércio e o da Indústria deveriam ser fundidos, passando a ser o Ministério do Comércio e Indústria. O Ministério de Comunicação Social deveria deixar de existir; o Ministério de Assuntos Parlamentares idem. Criava-se um Ministério da Economia e Finanças. Deixava de existir o Ministério da Família, pas-

Um governo ‘gordo’, como o actual, não é propício para um melhor desempenho económico.

A redução, ou corte de subsídios, vai ajudar a reduzir a pressão sobre os orçamentos destes ministérios, mas não é uma medida suficiente para compensar os défices orçamentais do Governo.

sando esta responsabilidade para o Ministério da Reinserção Social. O Ministério dos Antigos Combatentes deixava de existir, passando a responsabilidade ao Ministério da Defesa. A criação de um Ministério da Energia poderia incluir os ministérios dos Petróleos, Minas e Energia e Águas.

O Ministério das Pescas deveria passar para a tutela do Ministério da Agricultura e o da Hotelaria para a tutela do Comércio e Indústria. Poderia também criar-se um Ministério de Urbanismo, Construção e Ambiente e, por último, o Ministério do Plano passava para a tutela do Ministério da Economia e Finanças. Emagrecendo o Governo desta maneira, reduzia-

-se a despesa pública, condição essencial para a redução do défice orçamental e o equilíbrio das contas do Estado.

Algumas estruturas do Estado já começaram a cortar alguns gastos, como alguns tipos de subsídios. É o procedimento mais correcto?

A redução, ou corte de subsídios, vai ajudar a reduzir a pressão sobre os orçamentos destes ministérios, mas não é uma medida suficiente para compensar os défices orçamentais do Governo, resultantes dos baixos preços do petróleo. Embora a medida seja positiva, para alcançarmos um resultado melhor nas contas do Governo, deve, obrigatoriamente, esvaziar-se o Governo e torná-lo o mais ‘magro’ possível.

Numa breve consulta ao OGE, nota-se que, na maior parte dos casos, os órgãos do Estado gastam mais em despesas correntes do que de capital. É normal que assim seja?

O gasto público para estimular a actividade económica é a opção adequada para qualquer país na trajectória de crescimento económico. Neste contexto, a despesa corrente deve ser aumentada quando os investimentos privados forem insuficientes. Na nossa realidade, as políticas monetárias adaptadas pelo banco central, na última década, concretamente a manipulação da taxa de juros, assim como o controlo da inflação não produziram resultados satisfatórios que pudessem estimular o crescimento das pequenas e médias empresas. Isto fez com que iniciativas para se criarem pequenos negócios ficassem limitadas, tornando o Governo cada vez mais presente em todo o sector social e económico. Assim, embora fosse desejável mais investimento em capitais, no contexto actual, percebe-se a razão do Orçamento Geral do Estado ser mais canalizado a despesas correntes.

de aprovar o plano e o orçamento anual proposto pelo instituto, bem como acompanhar e avaliar os resultados das actividades.

O órgão de tutela tem ainda a faculdade de fiscalizar a actividade financeira do instituto, assim como o poder de suspen-

der, revogar e anular, nos termos da Lei, os actos dos órgãos próprios de gestão que violem a lei ou sejam considerados inoportunos e inconvenientes para o interesse público.

Ainda no quadrante dos institutos públicos, a superintendência

do Executivo traduz-se na faculdade de definir as linhas fundamentais e os objectivos principais das actividades desenvolvidas, assim como o poder de designar os dirigentes dos institutos.

O Executivo pode ainda indicar os objectivos, as estratégias, as

metas e os critérios de oportunidade político-administrativa, com enquadramento sectorial e global na administração pública e no conjunto das actividades económicas, sociais e culturais do país.

Por António Nogueira



Economia/Política

PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO

Governo sobe para cinco o número de prestações com o 13.º mês

SALÁRIOS. A crise económica e financeira volta a obrigar o Governo a pagar em cinco prestações mensais o 13.º salário da função pública. No ano passado, foram três. A justificação é a necessidade de contenção de especulação de preços durante a quadra festiva.

Por Nelson Rodrigues

Os funcionários públicos voltam a receber, pelo segundo ano consecutivo, o salário do 13.º mês em cinco prestações mensais. O processo teve início em Agosto e termina com a última parcela em Dezembro, anunciou, na última semana, o Ministério das Finanças.

De acordo com o Governo, a estratégia pretende evitar que, em Dezembro, ocorram pressões do lado da procura por excesso de liquidez, que possam influenciar o comportamento do índice de preços e, conseqüentemente, afectar, de modo acrescido, o poder de compra.

Assim, e para concretizar a medida, a alocação de salários do 13º mês, também designado subsídio de Natal, passa a ser distribuído em até cinco parcelas, tendo começado em Agosto, com a última parte a ser paga em Dezembro. “Desta forma, os funcionários públicos e pensionistas irão dispor antecipada e gradualmente do chamado subsídio de Natal”, resume a nota das Finanças, publicada na página da internet.

No Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano, o Governo reservou cerca de 1,5 biliões de kwanzas para despesas com pessoal. Do total, sai um envelope financeiro de 38,3 mil milhões de kwanzas em despe-

38,3

Mil milhões de kwanzas servem para pagar o 13.º dos funcionários civis

21,2

Mil milhões de kwanzas servem para pagar o 13.º nos organismos militares

sas com o 13º salário para o pessoal civil e cerca 21,2 mil milhões de kwanzas reservados para o 13º mês para o pessoal militar.

Esta é a segunda vez, em dois anos, que o Governo adopta a medida de distribuição faseada do décimo terceiro mês. No ano passado, a medida previa três prestações mensais, iniciada em Outubro e concluída em Dezembro.

Outra justificação apresentada pelo Governo para a reintrodução da decisão é a forte pressão que sofre a economia nacional, desde meados de 2014, com a redução do preço do barril do petróleo no mercado internacional, principal fonte de receitas e de financiamento do OGE.

COMPROMISSOS A HONRAR
A medida de política económica e financeira é também fundamentada pela necessidade de o Governo “honrar com os seus compromissos e suavizar as pressões de tesouraria decorrentes da baixa do preço do petróleo”.

Segundo o director nacional do Tesouro, em 2015, “os salários da função pública foram integralmente pagos”, antes do dia 25 de Dezembro, uma medida que se espera ver materializada no corrente ano, já que o quadro financeiro do país não melhorou, a olhar para as novas projecções do crescimento da riqueza (1,1%) e da taxa de inflação (38,5%), avançadas no Relatório de Fundamentação do OGE2016-revisto.

No mesmo documento, o Ministério, liderado há mais de duas semanas por Archer Manguerra, acrescenta que, apesar da escassez de recursos financeiros, resultado da queda do preço das matérias-primas no mercado internacional, o “executivo angolano tem conseguido honrar os seus principais compromissos, com destaque para o pagamento de salários, o serviço da dívida e as despesas essenciais de funcionamento, fruto de uma gestão fiscal prudencial e rigorosa”.



RESULTADOS DEFINITIVOS DO CENSO

Luanda a crescer

CENSO. Cazenga, que já foi considerado o município mais populoso da capital, perdeu o lugar para o de Luanda.

Por José Zangui

Aprovíncia de Luanda continua a crescer e conta agora com 6.945.386 (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e 386 pessoas), das quais 3.401.996 são do sexo masculino e 3.543.390 mulheres. Ou seja, existem 96 homens para cada 100 mulheres.

MEMORIZE

● O CENSO foi realizado de 16 a 31 de Maio de 2014. Em Outubro daquele ano foram publicados resultados preliminares, os quais deixam de ter validade com a publicação dos resultados definitivos.



CENSO 2014
RECENSEAMENTO GERAL
DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO



A ADMINISTRAÇÃO Geral Tributária (AGT) arrecadou mais de mil milhões de kwanzas, durante o segundo trimestre do ano, o que representa um acréscimo de 469.964.050 kwanzas em relação a igual período anterior, refere um comunicado da instituição.



SEIS EM CADA DEZ dos produtos em regime de preços vigiados nos supermercados tiveram uma redução que chegou aos 28%, durante o mês de Agosto, de acordo com o Instituto de Preços e Concorrência (IPREC).



Na capital, estão registados 1.484.350 agregados familiares, (pessoas que vivem no mesmo tecto e partilham os mesmos recursos). 67% dos agregados familiares é chefiado por homens e 33% por mulheres. Os dados apontam que há muitos solteiros. A variável sobre o estado civil indica que 51, 2% da população é solteira.

No essencial, de acordo com o coordenador do Gabinete Central do Censo, Paulo Fonseca, regista-se um défice de registos. 70% da população residente em Luanda tem registo civil, 68% com idade compreendida entre os 0 e 4 anos não foi registada.

Paulo Fonseca admitiu que o processamento dos dados do censo encontrou dificuldades por causa da “insuficiência de verbas, sobretudo para pagar aos técnicos”.

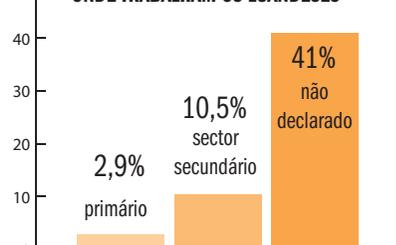
Contudo, referiu que o INE teve de fazer alguns “arranjos” e ultrapassou uma das fases. O responsável reconhece uma dívida de cerca de sete milhões de kwanzas com as equipas técnicas que trabalharam no campo na recolha de dados.

A divulgação dos dados desagregados por província vai continuar, depois de Cabinda e de Luanda. O INE trabalhou com consultores das Nações Unidas, um deles é Michel J. Levis que considerou que o censo de Angola “obedeceu aos padrões internacionais”.

DADOS DESAGREGADOS POR MUNICÍPIOS

Luanda	2.194.477
Viana	1.605.291
Belas	1.075.109
Cacuaco	1.070.147
Cazenga	892.401
Icolo e Bengo	81.144
Quissama	26.546

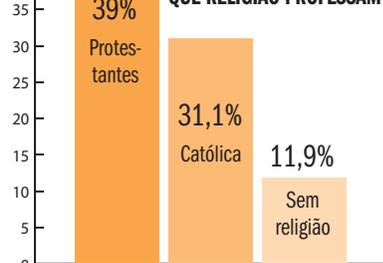
ONDE TRABALHAM OS LUANDESES



ONDE MORAM



QUE RELIGIÃO PROFESSAM



Fonte: INE

INSTITUTO ANGOLANO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL ADMITE DIFICULDADES

73% dos pedidos de registo de marcas são de estrangeiros

INDÚSTRIA. 73% dos pedidos do registo de marcas que deram entrada no Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), desde a sua criação em 1996, são de estrangeiros. A directora-geral do instituto, Ana Paula Miguel, em entrevista exclusiva ao VALOR, reconhece que o instituto “não tem conseguido cumprir com as suas funções na totalidade”.

Por Isabel Dinis

A

s empresas estrangeiras são as que têm o maior número de pedidos de registo de marcas, porque o empresariado nacional “não tinha a cultura de se dar a conhecer e distinguir o seu serviço”, afirma Ana Paula Miguel, directora-geral do Instituto de Propriedade Industrial. “Agora o empresariado já despertou e isso tem motivado o aumento do número de pedidos nos últimos tempos”.

O instituto obteve, desde a sua criação em 1996, pedidos para cerca de 50.200 de registo de marcas, 3.300 de patentes, 1.158 nomes de estabelecimentos, 949 insígnias, 39 modelos de utilidade, 122 de desenhos industriais e 336 modelos industriais. Apenas foram feitas 25 mil concessões, com predominância para as marcas. Os pendedentes que o instituto foi acumulando, ao longo dos anos por insuficiência de quadros, chegam a 15 mil.

Ana Paula Miguel acredita que o número de pedidos é “considerável”, comparando com a realidade de outros países africanos de língua oficial portuguesa. A responsável, no entanto, acrescenta que esse número poderia aumentar com a contratação e formação de mais técnicos. “O instituto não tem conseguido cumprir com as suas funções na totalidade”, admite Ana Paula Miguel. Os motivos são o número limitado de qua-

15

Mil número de processos que o IAPI tem em análise, desde 1996

25

Mil é o número de concessões atribuídas pelo IAPI

dro, a necessidade de capacitação dos técnicos no exterior, por falta de um curso nesta matéria em Angola, e a infra-estrutura onde o instituto funciona, que é considerada pequena.

EM REESTRUTURAÇÃO HÁ DOIS ANOS

O instituto está a ser reestruturado há dois anos, respeitando o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que impõe diagnósticos para avaliar o desempenho e para definir novas orientações.

Foram detectadas dificuldades e soluções para o funcionamento do IAPI. O processo, declarou aquela responsável, “coincidiu infelizmente com a crise”. “Mas, ainda assim, estamos a fazer alguma coisa para reverter a situação. Os principais aspectos são a insuficiência de quadros, a desactualização da lei de propriedade industrial, a infra-estrutura e o sistema tecnológico”, acrescenta Ana Paula Miguel.

A crise obrigou a reduzir informações e a descartar concursos públicos de há mais de dois anos. Não obstante a crise, houve um aumento de pedidos para o registo.

Na reestruturação, as soluções, a aplicar no IAPI, passam pela revisão da lei de propriedade industrial e da tabela de taxa, baseando-se no câmbio actual, e pela aprovação do regulamento dos agentes da propriedade industrial. “O essencial, sem desprimor das outras matérias, é a revisão da lei de propriedade industrial de forma a agregar aspectos nos acordos internacionais a que Angola aderiu”, declarou Ana Paula Miguel. O primeiro esboço da lei será apresentado no primeiro trimestre do próximo ano.

MEMORIZE

● O IAPI é um organismo do Ministério da Indústria responsável pela autorização de patentes de invenção, modelos de utilidades, desenho e modelo industrial, marcas, nome e insígnia de estabelecimentos, indicações de proveniências e de combate à concorrência desleal. Tem a função de implementar as políticas do Governo de propriedade industrial. Esta insere-se no ramo mais amplo que é a propriedade intelectual, que também defende os direitos de autor e conexos.

Economia/Política

METAS DA FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA CAEM 50% ESTE ANO

Okavango 'travado' pela crise

EXPOSIÇÃO. Este ano não houve a FILDA, a maior bolsa de negócios de Angola, nos prazos previstos, 19 e 24 de Julho. Poderá realizar-se em Novembro. O director da FIL, Salvador Cardoso, revelou ao VALOR que a feira do turismo Okavango/Zambembe, normalmente realizada em Outubro, também vai passar para Novembro.

Por José Zangui

A Feira 'Okavango', Bolsa Internacional do Turismo de Angola, realizada habitualmente em Outubro, foi adiada para Novembro. O adiamento é justificado pelo director de comunicação institucional e imagem, Salvador Cardoso, com a crise financeira. "Todas as feiras adiadas, das

10 que anualmente são realizadas, vão ocorrer num único momento, na FILDA, em Novembro", adiantou. Nos últimos quatro anos, a feira 'Okavango' foi um ponto de encontro para profissionais de hotelaria e turismo, por ocasião das festividades do Dia Mundial do Turismo celebrado a 27 de Setembro e também da banca. A designação 'Okavango' visa dar destaque ao projecto turístico transfronteiriço, em que Kuando-Kubango (da parte de Angola) será a mais directa beneficiária. Até ao final do ano, a Feira Internacional de Luanda previa a realização de, pelo menos, 10 fei-



ras sectoriais, mas a meta ficou pela metade. Alguns expositores que prevêem participar na feira alertam para a falta de divisas que poderá criar sérios problemas na deslocação de técnicos do exterior que participam na maior bolsa de negócios angolana. Para montar toda a 'máquina' organizativa de uma feira, a FIL investe, em média, cerca de dois milhões de dólares.

A FIL gera um volume de negócios superior a 400 milhões de dólares por ano. No ano passado, facturou cerca de 11 milhões de dólares, números que desceram, devido à crise.

PARA APOIO A DIFERENTES SECTORES

Governo autoriza compra de mais de 5 mil viaturas

Por Isabel Dinis

O Estado vai adquirir, através de abertura de créditos adicionais e de contratos de aquisição, 5.572 viaturas que se destinam a apoiar a agricultura, pescas, pecuária, desenvolvimento rural, actividade produtiva, comércio local, transporte escolar, de passageiros e de mercadorias e para concluir o plano de reposição e distribuição dos meios que foram destruídos pela guerra.

As viaturas vão ser adquiridas através de um crédito adicional do Ministério dos Transportes e por contratos com as empresas Amer-Com Corporation, ASPERBRAS, Aenergia e com financiamentos entre Angola e a Export Development Canadá. Com a empresa Amer-Com Corporation, o Estado vai adquirir 2.972 viaturas, por quase 400 milhões de dólares. 1.272 viaturas vão custar 191 milhões de dólares e outras 1700

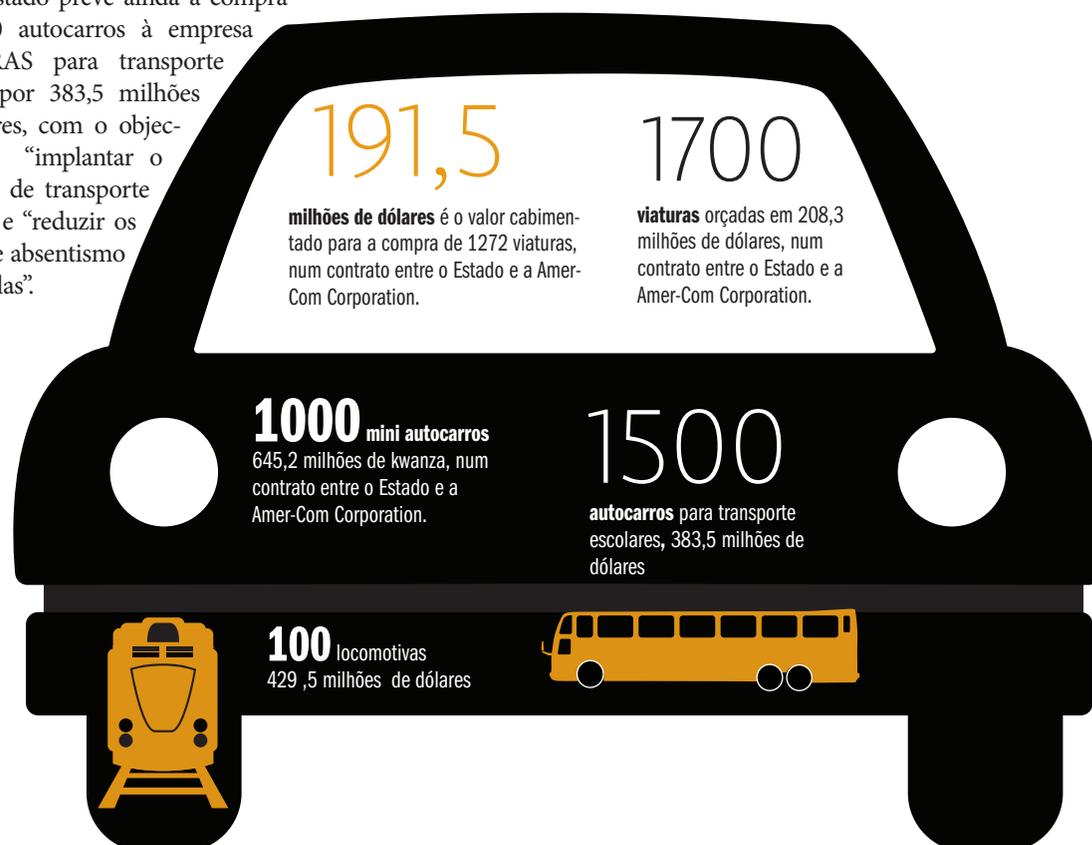
custam 208,3 milhões de dólares. Nestes dois últimos contratos, o Ministério das Finanças é o organismo que está "autorizado a proceder ao enquadramento numa das linhas de crédito e a assegurar os recursos necessários à implementação do referido contrato".

Foi ainda aprovado um contrato de compra e venda de 100 locomotivas incluindo as respectivas componentes no valor de 429,5 milhões de dólares, com a empresa Aenergia.

O Governo aprovou ainda com a Aenergia a aquisição, por 24,1 milhões de dólares, de material circulante ferroviário para a modernização e actualização tecnológica de locomotivas. Este contrato de financiamento será celebrado entre Angola e a Export Development Canadá.

O Estado aprovou também a compra de mil mini autocarros no valor de 645,2 milhões de kwanzas, lê-se no decreto, mas não faz referências ao objectivo da compra e a proveniência das mesmas.

O Estado prevê ainda a compra de 1500 autocarros à empresa ASPEBRAS para transporte escolar por 383,5 milhões de dólares, com o objectivo de "implantar o conceito de transporte escolar" e "reduzir os níveis de absentismo nas escolas".



É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**3716 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM
ATÉ JULHO 2016**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Mercado & Finanças

ESTUDO 'PERFIL DO CLIENTE BANCÁRIO'

11% da população de Luanda desiste de bancos por mau serviço

BANCA. Estudo revela que à volta de 11% dos clientes bancários em Luanda já trocaram de bancos por falta de eficiência nos serviços e por ausências de produtos bancários preferenciais. Um grupo residual já fez queixa por escrito, enquanto 88,4% se mantém no mesmo banco.

Por Nelson Rodrigues

elo menos 11,6% da população bancarizada de Luanda já abandonou o primeiro banco por fraca eficiência nos serviços e por ausência de produtos competitivos, se se considerar que 88,4% dos clientes não mudam regularmente de bancos, revela um estudo da consultora Expogest a que o VALOR teve acesso.

De acordo com a pesquisa, a maior parte da população inquirida (88,4%) concorda que “não muda regularmente de banco”, por causa da relação institucional entre o seu empregador e a entidade bancária, sobretudo nos casos de domiciliação salarial.

Denominado ‘Perfil do Cliente Bancário’, o estudo foi desenvolvido através de inquérito presencial entre 22 e 27 de Junho deste ano, em Viana, Gamek, Hoji Ya Henda, Golf, Filda e Morro Bento, abrangendo 288 pessoas com 18 ou mais anos de idade.

O research da Expogest conclui que os 28 bancos comerciais com actividades iniciadas em Angola – até Junho deste ano – “não respondem às necessidades do mercado”, com falhas apontadas no atendi-

mento, disponibilização de serviços e produtos bancários e pela valorização do cliente. O atendimento e a falta de sistema “constituem as principais falhas do mercado bancário nacional”, identificadas pelos clientes bancários inquiridos. Segundo o estudo, 41% da população bancária critica os serviços de atendimento geral ao cliente e 31,5% queixa-se das constantes falhas no sistema de rede dos bancos. De acordo com os 288 clientes de bancos inquiridos, o ‘atendimento’ (44,7%), a ‘valorização do cliente’ (17,3%) e a ‘solidez financeira’ (14,7%) constam entre os factores que determinam a qualidade de um banco.

Integram ainda o grupo de reclamações, levantadas por 50,8% dos inquiridos, as dificuldades com as transferências bancárias, o acesso ao crédito, serviços específicos para pequenos empresários e os estudantes universitários, além de outros achados do portefólio de serviços e produtos dos bancos. O estudo não apresenta, individualmente, os nomes das instituições bancárias, nem o grau de críticas apresentadas em termos de satisfação das necessidades dos clientes, informações que, na opinião da directora-geral da Expogest, “são confidenciais e de consumo interno das entidades que solicitaram”.



“Apurámos, de factos, os bancos que estão em falta. Mas este estudo é interno para a Expogest e para os nossos clientes, para se perceber como anda o mercado em termos de satisfação das necessidades do cliente bancário. E é parte de um estudo maior”, justifica Helena Costa.

BANCOS A MAIS...

Se mais da metade (50,8%) dos inquiridos queixa-se pela “insatisfação e falta de serviços bancários à altura das necessidades dos clientes”, 12,4% dos clientes bancários dizem que os bancos estão em excesso e que prestam os mesmos serviços, o que afasta, na visão dos clientes, a “boa concorrência” entre as instituições.

De queixas não é tudo. Numa outra ‘variável’, a de relação banco-cliente, a pesquisa aponta que a quase totalidade dos inquiridos (91,6%) prefere comunicar-se com o banco de forma presencial e apenas 3,8% faz recurso à interacção online, sendo que 3,1% prefere a via telefónica.

...POUCOS SERVIÇOS

Da lista de produtos disponíveis nos

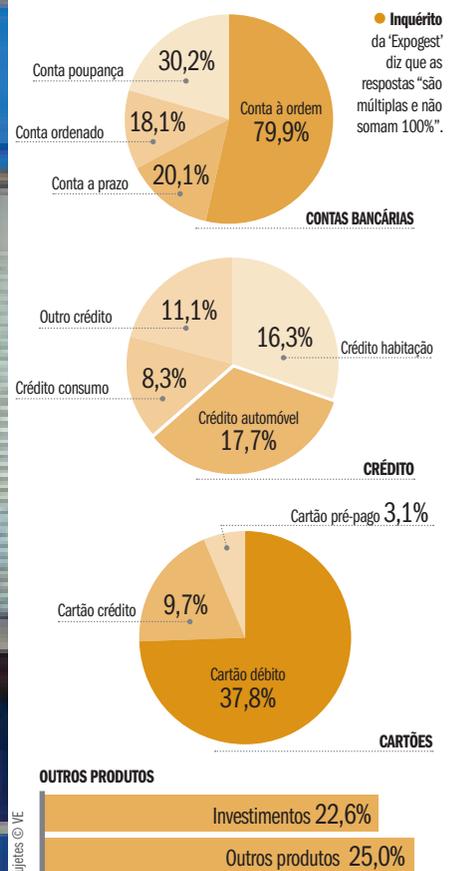
bancos, a conta à ordem é o produto bancário com mais importância para os clientes, atingindo 79,9% dos clientes, seguido do cartão de débito (o Multicaixa), com 37,8%, e a conta poupança com 30,2%.

O crédito e outros investimentos vêm a seguir. Na concessão de crédito, o crédito habitação é dos produtos mais pretendidos e chega a 16,3% dos clientes bancários, seguido do crédito automóvel, com 17,7%, o crédito ao consumo (8,3%) e outro crédito (11,1%).

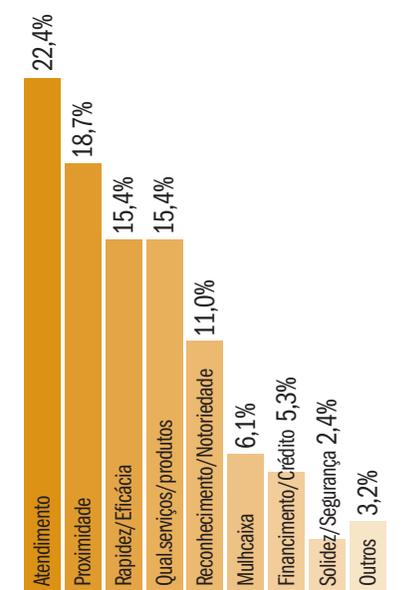
“Não há falta de bancos. O que há é falta de serviços específicos para determinados tipos de clientes”, comenta Helena Costa, uma das responsáveis do estudo.

O ‘ADN’ DO CLIENTE BANCÁRIO

% de clientes com produtos bancários



1º Atributo para o melhor Banco



% DE SERVIÇOS DE PAGAMENTOS MAIS UTILIZADOS POR CLIENTES BANCÁRIOS

Pagamentos	Multicaixa	Cartão débito	e-banking	Nenhuma via
Compras	64,2%	39,9%	0,0%	12,5%
Mensalidades	41,0%	17,7%	5,6%	39,9%
P. Serviços	42,7%	19,4%	1,7%	45,1%
Impostos	20,1%	5,6%	5,6%	70,8%
Tr. nacionais	30,6%	7,7%	5,6%	61,5%
Tr. internacionais	13,2%	3,5%	4,9%	80,9%



A COMISSÃO Económica e a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros analisaram, no fim da semana passada, o memorando sobre as “premissas e desafios” na elaboração e gestão do OGE para 2017.



O GOVERNADOR do Banco Nacional de Angola, Valter Filipe, deslocou-se, a meio da semana passada, à República da África do Sul, em visita oficial ao seu homólogo Lesetja Kganyago, governador do Reserve Bank.

NA AFRICA DO SUL

BNA procura ‘apoio técnico’

BANCA. Regulador angolano abraça anglo-saxónicos em matérias que inclui trade finance, project finance e correspondent banking. Observadores indicam que aproximação à África do Sul marca nova etapa no sector.



O BNA estreita relações com a compliance, due diligence, entre outras normas. .normas

Por Cândido Mendes

O Banco Nacional de Angola (BNA) passará a contar com a assistência técnica da instituição homologa sul-africana, o South African Reserve Bank (SARB) em matérias de “supervisão bancária, inclusão financeira, controlo cambial, tecnologia de informação, política monetária, cambial e gestão das reservas internacionais líquidas”.

Dois acordos, incluindo também o de formação pelas respectivas academias, terão sido assinados em Joanesburgo pelos representantes máximos das duas instituições, Lesetja Kganyago do SARB, e Valter Filipe, do BNA, que se deslocou à capital económica sul-africana para o efeito, segundo anunciou o BNA na sua página web.

“O encontro será também uma oportunidade para o melhoramento

das relações entre os bancos comerciais angolanos e sul-africanos, principalmente, em matérias de trade finance, project finance e correspondent banking”.

A aproximação ao ‘gigante africano’ responde também a uma prática recomendada pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), e por Basileia II e III sobre a partilha de informações entre os bancos centrais, tendo em conta as “normas prudenciais e as boas práticas internacionais”.

Segundo observadores consultados pelo VALOR, a relação entre o BNA e o SARB pode representar uma nova etapa na banca nacional, com olhos na ‘anglofonização’ do sector, até agora dominado por bancos de capital maioritariamente portugueses. Com excepção do Standard Bank, de maioria sul-africana, e o VTB África, de origem russa, todos os outros bancos que não são inteiramente angolanos se encaixam nessa categoria.

Observadores notam, aliás, que mesmo o Standard Bank, o maior banco em África, com representações nos Estados Unidos e Reino Unido, levou vários anos para obter licença

para operar em Angola. O ABSA Bank, o segundo maior da África do Sul, não teve entretanto sorte semelhante. Após longos anos como parceiro do Banco Comercial Angola (BCA), viu-se excluído da sociedade, num processo que deixou dúvidas até hoje. A sua tentativa de ‘reentré’ não foi bem sucedida, tendo o banco anunciado, recentemente, que desistiria de Angola.

Um bancário sénior de um banco internacional com escritório em Luanda, e declarações recentes ao VE, apontou, como um dos problemas de Angola, o facto de as finanças nacionais estarem “muito focadas no mundo lusófono e sem entender o que se passa no anglo-saxónico”.

Bancos americanos, como CitiBank e o Bank of America, há muito que abandonaram o país ou cortaram as relações financeiras com Angola, exactamente por inobservância de regras que o BNA procura agora estreitar com a África do Sul, tais como compliance, due diligence entre outras normas. A consequência desse afastamento é a contribuição para a escassez de notas de dólares, que deixaram de ser fornecidas.



RENOVAÇÃO DA LICENÇA EM CAUSA

Cobalt de novo ‘nas mãos’ da Sonangol

Por Cândido Mendes

A queda abrupta das acções da Cobalt ocorreu, depois de a empresa ter divulgado os resultados do segundo trimestre, que davam conta não só de um poço caro que ‘saiu seco’, mas também do cancelamento da tão esperada venda dos seus activos, em Angola.

A Sonangol, que já havia pago um depósito de 250 milhões de dólares, dos quase 1,8 mil milhões, através da sua nova administração, desistiu da compra, abrindo mais uma fase na conturbada presença da empresa norte-americana em Angola.

Em Agosto, foram dois executivos da companhia que travaram o ‘cataclismo’, comprando eles próprios as acções da empresa, o que levou a valorização temporária dos activos, que, entretanto, voltaram a quedar algum tempo depois. No arrasto, a Cobalt acabou por anunciar o avanço para uma fase nova do modelo de negócio,

“transitando de uma empresa apenas virada para a exploração de petróleo para uma de exploração, avaliação e desenvolvimento”.

A empresa prometeu rigor cumprimento das normas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, conhecido pela sigla em Inglês de HSSE. Acrescentou que técnicos da empresa definiram e criaram um procedimento padronizado e repetível para o desenvolvimento petrolífero abaixo do nível do mar, assim como “potenciam terceiros para fornecer soluções criativas, eficazes e oportunas, focadas na criação de valor, redução de tempo de ciclo e fluxo de caixa”.

Na nova estratégia, a empresa decidiu privilegiar a subcontratação e locação de instalações, minimizar os requisitos de pessoal, reduzidos as despesas de capital e focar as energias na descoberta de recursos, desenvolvimento, garantia de fluxo e recuperação ideal.

O desafio a que se propõe é, entretanto, grande, contando que a empresa está em dificuldades financeiras. Para além dos 250 milhões de dólares que tem de devolver à Sonangol, dos 750 milhões USD em dinheiro que lhe vão restar nos seus cofres, tem de tirar 450 milhões de despesas, este anos, 75 milhões para o serviço da dívida, outros 220 milhões de compromissos de plataforma, com a licença de exploração em Angola a caducar em 2017.

Mercado & Finanças

ALOCAÇÕES PRIORIZAM SAÚDE E AGRICULTURA

FSDEA fecha o ano com investimento de 465 milhões USD em Angola

INVESTIMENTO. Valor deve ser 'estreado' antes de 31 de Dezembro, com alocações directas para os sectores da agricultura e saúde. Silvicultura já usou 10% dos 220 milhões de dólares do fundo de concessão de eucaliptos em Angola. Há também dinheiro investido fora do país.

Por Nelson Rodrigues

O

Fundo Soberano de Angola (FSDEA) prevê aplicar, antes do final do ano, um envelope financeiro avaliado em 465

milhões de dólares, para o fomento da actividade agrícola e do sector da saúde, revela a entidade em relatório de balanço do primeiro trimestre enviado ao VALOR.

A iniciativa consta de um grupo de investimentos que o organismo estatal aplicou durante o ano passado e os que deverão ser aplicados antes do fim de 2016, com destaque para os projectos da agricultura e saúde a que o Fundo denominou por "grandes alocações em Angola".

Até 31 de Março, a entidade liderada por José Filomeno dos Santos tinha contabilizado, no seu balancete trimestral, 4,56 mil milhões de dólares em activos totais, perto de 60% dos quais aplicados a fundos de private equity, que se "dedicam a investimentos nacionais e regionais".

"Estes fundos visam gerar novas fontes de receita para o Estado angolano, bem como apoiar o desenvolvimento de novos ramos industriais, além da exploração petrolífera", justifica o presidente do conselho de administração do FSDEA, José Filomeno dos Santos, citado no documento, e para quem os investimentos "em ramos e classes de activos específicos" vão continuar.

Do total de fundos (465 milhões



José Filomeno dos Santos,
presidente do FSDEA

USD) a aplicar até ao final do ano, parte do montante deverá cobrir despesas de iniciativas agrícolas, decorrentes de uma concessão de sete fazendas "de larga escala" pelo Ministério da Agricultura. Aliás, foi na semana passada que o chairman do FSDEA anunciou, para

breve, o alargamento dos projectos de apoio à agricultura familiar, conforme noticiou o VALOR na edição de 19 de Setembro.

As fazendas estão localizadas nas províncias do Bié, Cunene, Malanje, Moxico, Kuando-Kubango, Uíge e Zaire e totali-

72

Mil hectares foram reservados para a produção de grãos, oleaginosas e arroz.

zam, segundo a nota do FSDEA ao VALOR, 72.000 hectares de perímetros agrícolas dedicados à produção de grãos, oleaginosas e arroz.

O investimento agrícola permite aceder aos mercados internacionais das soft commodities, reduzir a importação de alimentos e apoiar a diversificação económica nacional, impulsionando o agronegócio e a industrialização, lê-se na nota, que resume as actividades do FSDEA no primeiro trimestre e os principais investimentos de 2015.

No 'bolo' reservado à silvicultura (cerca de 220 milhões USD), já foram consumidos 10% do total, investidos "em concessão de larga escala" de eucaliptos em Angola, conforme a nota do FSDEA.

Segundo as contas do Fundo Soberano, as alocações em activos de private equity totalizam 59% do portfólio e destinam-se a investimentos directos em Angola e nos países da África Subsaariana, sendo que os títulos e valores mobiliários presentes no portefólio consistem em obrigações, acções e fundos de cobertura, avaliados em 1,84 mil milhões de dólares americanos.

SAÍDAS DE 'CAIXAS' EM 2015 Não se sabe, na íntegra, as contas consolidadas do ano passado do Fundo Soberano, porque, segundo justifica a entidade, "está actualmente em curso" o processo de "auditoria anual independente das demonstrações financeiras do FSDEA".

Segundo a nota que compila os resultados do primeiro trimestre e resume o investimento de 2015, 19% dos 1,1 mil milhões de dólares do fundo de infra-estrutura estão investidos em projectos localizados em Angola e no Quênia e 23% dos 500 milhões do fundo imobiliário investidos em projectos hoteleiros, em Angola e na Zâmbia.

MAIS INVESTIMENTOS

Também foram gastos 2% dos 245 milhões de dólares do fundo de mineração, aplicados na totalidade em projecto mineiro na Mauritânia. A África do Sul também absorveu 12% dos 190 milhões de dólares do fundo de capital estruturado e "estão investidos num activo".

Para o fundo de capital de risco, ao qual foi reservado 2,7 mil milhões de dólares, foram já aplicados 407 milhões de dólares, em investimentos directos em Angola e na região Subsaariana de África. "O período de investimento do património líquido destes fundos de capital de risco é de 3-5 anos, ao passo que a duração da alocação pode ascender os 10 anos", diz a nota do FSDEA que destaca a autorização do Ministério das Finanças para a adopção das normas internacionais de relato financeiro (IFRS) nos registos contabilísticos e demonstrações financeiras do Fundo até 2017. "A transição do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF) para o IFRS, permitirá ao FSDEA expor os dados relativos as suas operações e investimentos com mais detalhe e rigor do que anteriormente."

ANGOLA SENTE



O Registo Eleitoral é obrigatório



Eu cumprio o meu dever
de cidadão. E tu?

**Actualiza o teu registo
junto a uma Brigada
de Registo Eleitoral.**

**Leva contigo o teu
Cartão de Eleitor e o teu BI.**

**Se não tiveres BI, leva só
o teu Cartão de Eleitor.**

Empresas & Negócios

Empresas desafiadas a promover exportações

Os empresários nacionais e estrangeiros foram incentivados a divulgar e promover os produtos nacionais no exterior, sobretudo nos países africanos, com vista a contribuírem na exportação dos mesmos, para permitir a entrada de divisas.

O incentivo foi feito, na Lunda-Sul, pelo administrador da Agência para Promoção de Investimentos e Exportações de Angola (APIEX), Lopes Paulo, quando intervinha no primeiro fórum provincial sobre Agro-negócios.

Segundo o gestor, as empresas em Angola produzem apenas com o objectivo de satisfazer o mercado local, o que não contribui para o êxito da diversificação da economia nacional, daí a necessidade urgente de se criarem condições para se apostar na divulgação e exportação dos produtos nacionais no exterior.



Isabel dos Santos.

PROPOSTA DE COMPRA DE 2% DO BFA

BPI alegre Isabel dos Santos, mas negócio não está fechado

VENDA DE ACCÇÕES. Mais de um ano depois de vários impasses sobre o BFA, BPI faz proposta que alegra Isabel dos Santos.

Por António Miguel

A empresária Isabel dos Santos ainda não informou, pelo menos, até ao fecho desta edição, se aceita a proposta de compra de 2% de BFA (Banco de Fomento Angola), apresentada pelo BPI, embora a também presidente do conselho de administração da Sonangol já se tenha congratulado com a posição do banco português.

Detentora de 18,6% do BPI, através da Santoro, Isabel dos Santos não participou na votação desta 'badalada' decisão, ocorrida em assembleia-geral, na semana passada. O limite de 20% que existia no uso dos direitos de voto desapareceu e o CaixaBank passou a votar com 45,5% no BPI. Por esse motivo, a oferta pública de aquisição passou a ser obrigatória e as acções foram revistas em alta, de 1,113 para 1,134 euros.

Depois de mais de um ano de desentendimentos entre a empresária angolana e a administração do BPI e o maior accionista CaixaBank, a tensão parece terminada. "Saúdo a solução encontrada para resolver a situação no BPI, que reflecte o consenso entre os accionistas e mostra o sentido de compromisso e res-

28

milhões de euros é o valor da proposta de venda do BPI à Unitel.

18,6%

é a percentagem do BPI que a Santoro de Isabel dos Santos detêm.

ponsabilidade que sempre orientou a actuação da Santoro", afirma a empresária em comunicado, sem adiantar se vai vender a sua posição na OPA do CaixaBank.

"Estão reunidas as condições para que ambas as instituições, o BPI e o BFA, consolidem a sua posição nos mercados português e angolano,

contribuindo para o crescimento das economias de ambos os países", lê-se no comunicado, continuando que "desde o início, conduzimos este processo com idoneidade e transparência, de forma a responder aos interesses de todas as partes envolvidas".

Esta proposta é mais uma do BPI para ultrapassar também o quesito da exposição a Angola, que, por obrigação do Banco Central Europeu (BCE), tinha de se reduzir. Deste modo, o BPI propôs vender 2% do Banco Fomento de Angola à Unitel por 28 milhões de euros, a pagar pela holding de Isabel dos Santos.

Propõe o BPI que o BFA fique maioritariamente com Isabel dos Santos, exigindo em troca dois administradores não executivos, num total de 15. Um membro do conselho fiscal, um membro da assembleia-geral e um membro da comissão de remunerações também fazem parte das exigências do banco português.

O BPI propõe ainda que os estatutos do BFA só possam ser alterados por uma maioria de 70% de votos presentes em assembleia-geral.



O SECRETÁRIO de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, inaugurou, na semana passada, no Pólo Industrial de Viana, a fábrica Ghion Alimentos, que produz sumo, num investimento de 4, 2 milhões de dólares.



A UNIANGOLA vai investir 3,7 milhões USD para expandir a captura, congelação e de emba-lamento de peixe em mar alto, através da aquisição de um novo barco de pesca, segundo um contrato assinado com o Ministério das Pescas.

LIDER MUNDIAL DE INSPECÇÃO E CERTIFICAÇÃO

SGS prevê facturação de 22 milhões USD

RESULTADOS. Filial angolana de multinacional suíça contribui, em 2015, em 10% para resultados globais do grupo. Valores devem subir este ano, com perspectiva de aumento de receitas.

Por Valdimiro Dias

A multinacional suíça SGS, empresa líder mundial de inspecção e certificação, prevê facturar, este ano, 22 milhões de dólares, através da sua filial em Angola, resultado que pode representar um crescimento de 10%, face ao exercício de 2015, em que as receitas se fixaram nos 20 milhões de dólares.

A revelação é do director da filial angolana, Jorge Correia, que, em exclusivo ao VALOR, precisou que os resultados do ano passado contribuíram em 10% para a receita global do grupo suíço que opera em mais de 1.650 escritórios e laboratórios, espalhados em 140 países. “A expectativa é que, com o aumento da facturação em Angola, possamos contribuir ainda mais para os resultados do grupo”, indica Correia, avançando que, no passado, a empresa investiu um milhão de dólares na construção de um laboratório de testes a petróleo bruto, localizado no município de

22

milhões de dólares é quanto a SGS prevê facturar através da sua filial em Angola.

Cacuaco. Para este ano, está prevista a inauguração de mais dois laboratórios de certificação de qualidade e segurança alimentar que estão a ser



Admar Safeca (à esquerda), director-geral da OMNIdata, e Jorge Correia, director da SGS Angola, na certificação da OMNIdata.

erguidos no bairro Morro Bento, na Samba, em Luanda, cujo valor de investimento não foi revelado. No entanto, o VALOR apurou que as novas unidades entram em funcionamento até ao fim de ano.

Na última sexta-feira, a SGS atribuiu a certificação ISO 9001 de sistema de gestão de qualidade à empresa OMNIdata Trading, LD, no âmbito da integração de serviços no ramo das telecomunicações e informática e venda de equipamentos.

A direcção da empresa de telecomunicações decidiu certificar a empresa toda, processo que incluiu as quatro lojas de retalho no Serpa Pinto, Miramar, Futungo e Morro Bento, além da sede, todas em Luanda. Admar Safeca, presidente e director-geral da OMNIdata, considera que a certificação “dará confiança aos clientes”,

no sentido de que a empresa é capaz de fornecer regularmente produtos e serviços “em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis”, atendendo às necessidades e expectativas dos clientes.

Em Angola, a SGS opera desde 1985 e emprega actualmente cerca de 100 colaboradores, servindo uma grande variedade de indústrias em que se inclui a actividade petrolífera (upstream, downstream), higiene alimentar, indústrias ambientais, formação e certificação, recrutamento de técnicos qualificados e agricultura. Além disso, a empresa também se dedica às inspecção de equipamentos de perfuração, de elevação, formações técnicas, fornecimento de mão-de-obra especializada, testes destrutivos em onshore e offshore (TND), entre outras actividades.

EMPRESA QUER VENDER FERTILIZANTES EM TODO O PAÍS

FertiAngola não desiste da expansão apesar da crise

Por José Zangui

Apesar da crise financeira, a FertiAngola não desiste de implementar o seu plano de expansão para as 18 províncias, na distribuição de fertilizantes, garantiu o sócio gerente, Manuel Monteiro, ao VALOR.

Segundo o gestor, actualmente a empresa, com sede em Benguela, está representada também Huambo, Kwanza-Sul, Bengo, Huíla e Bié. A meta é atingir as 18 províncias. “Nem a crise vai travar-nos, os objectivos traçados em 2012 estão de pé”, assegurou. Manuel Monteiro não avançou, no entanto, o montante para o



desafio a que se propõe devido às incertezas da situação financeira do país.

Angola não tem, por enquanto, nenhuma fábrica de fertilizantes.

Importa cerca de 400 mil toneladas por ano, volume à quem das necessidades, estimadas em 900 mil toneladas/ano, de acordo com dados do Ministério da Agricul-

tura. A FertiAngola pretende, a longo prazo, criar uma fábrica de produção de fertilizantes.

Associações de agricultores ouvidas pelo VALOR receiam que “os atrasos que se registam na importação de fertilizantes, devido à crise cambial, condicionem a produção agrícola dos grandes produtores nacionais e reduzam a disponibilidade de produtos no mercado consumidor”.

Mas o cenário de importação de sementes e fertilizantes em grande escala poderá alterar-se nos próximos meses, com os novos investimentos previstos, em particular no Zaire. Há um projecto de investimento de um consórcio marroquino e dinamarquês, para aquela província, avaliado em mais de dois mil milhões de dólares, segundo fonte do governo provincial. O projecto tem o início previsto para este ano.

(In)formalizando

CHINESES SÃO MAIS PROCURADOS, MAS HÁ MUITOS ANGOLANOS A VIVER DO NEGÓCIO

Tendas e pequenos espaços tratam das unhas

ESTÉTICA: Fazer unhas nas ruas da capital é uma alternativa para muitos jovens 'fintarem' as dificuldades e agarrarem a arte e viver de maneira digna. Uns na 'zunga', outros em salões improvisados em tendas com cortinas e outros ainda em estruturas de blocos. Mas o mercado é dominado pelos chineses e vietnamitas que cobram, pelo tratamento, entre mil e 5.000 kwanzas.



Por Amélia Santos

De bancos e mochilas às costas, os jovens zungam pelas ruas de Luanda à procura de quem, de forma rápida e barata, queira tratar das unhas dos pés ou das mãos. Uns com tendas improvisadas e outros com salões fixos vêm, nesta arte, a maneira mais digna de sustentar a família. O maior fornecedor deste produto é o mercado do Kikolo, em

Luanda, e, para os produtos de 'gel e gelinho' são as lojas dos chineses ou as 'moambeiras'.

Os preços das aplicações, tanto na baixa da cidade como nos bairros periféricos, não diferenciam muito. As aplicações custam entre os 2.500 e os 5.000 kwanzas. E variam de acordo com o tipo de aplicação. Há aplicações normais, as chamadas 'brasileiras', que custam 2.000, as de 'gelinho', 4.000, e as de gel, 5.000 kwanzas. As manicures e pedicures custam 2.500 kwanzas, com direito a pôr pés e mãos em água quente e limar. Pintar na rua custa 500 kwanzas, nos salões, mil kwanzas.

Fazer um desenho na unha é uma arte que facilmente se aprende, basta seguir, à risca, os mo-

5000

Kwanzas, preço mínimo para pintar unhas na rua

5

Mil kwanzas valor máximo cobrado por arranjar unhas de gel

delos das chinesas e vietnamitas, que são os mais comuns. Os salões dos asiáticos são os que dominam o mercado por causa do material usado e dos desenhos.

Boa parte dos jovens que fazem este negócio vem do interior do país a tentar a sorte em Luanda.

Um deles é Artur Viegas, de 29 anos, que saiu do Uíge e trabalha na área há mais de cinco anos. Já criou dois empregos e é a partir do dinheiro das unhas que sustenta a família. A trabalhar na rua da Missão, no Kinaxixi, alugou um espaço em que paga aos seus funcionários 10 mil kwanzas mensais. Não tem um valor exacto de quanto factura, mas o que faz dá para pagar as despesas domésticas.

Todo o dinheiro feito no salão

é dividido em partes iguais pelos três, no fim de cada jornada semanal, pois segundo conta "não dá para esperar até ao fim do mês para repartir os lucros". Boa parte do material que usa no salão, como vernizes, limas, algodão entre outros, adquire em Luanda. Em média, o salão recebe 15 a 20 clientes por semana, mas há dias atípicos em que os clientes não aparecem. Os fins-de-semana são os de maior procura, tanto por mulheres como por homens.

Aqui, uma aplicação normal de unhas fica por 2.500 kwanzas. Já as de 'gel e gelinho' custam perto dos 4.500 kwanzas, limar e pintar, 500, e pedicure e manicure, 2.500 kwanzas.

Samuel Adriano, de 30 anos,

Os salões dos asiáticos são os que dominam o mercado por causa do material usado e dos desenhos.

saiu de Benguela em 2002 exclusivamente para tratar das unhas, nas ruas de Luanda. A sua maior ambição é acabar de construir o seu salão, que já se encontra em fase final, no Benfica, porque, além de tratar das unhas, também é cabeleireiro.

Actualmente a trabalhar no mercado do São Paulo, não sente preconceitos por ser albino, acreditando que, quando a pessoa entende bem o que faz, os outros respeitam “principalmente as senhoras”. Samuel Adriano trata tanto mulheres como homens. A maior parte dos clientes vem às segundas, quartas e sextas-feiras. Considera que o trabalho tem sido “rentável”. Já ensinou a esposa a tratar das unhas e ela agora trabalha no Benfica. Os dois vivem em Luanda, mas têm projectos para se estabelecerem em Benguela. A crise nunca o impediu de realizar os seus objectivos e aconselha os jovens a “serem mais dinâmicos” e a “não se focarem num único trabalho”. Apesar de trabalhar num local fixo, Samuel Adriano descola-se até aonde o cliente quiser, desde que o cliente pague mil kwanzas pela deslocação.

Osvaldo Cassua, de 25 anos, também de Benguela, vive no Balumuca numa casa de renda em que paga 5.000 kwanzas mensais, em Luanda. Prefere trabalhar no São Paulo, onde tem uma tenda improvisada de cortinas, mas o seu trabalho não se fica pelas unhas. Nos tempos ‘livres’, também faz cortes de cabelo, por ser um local onde há maior número de clientes a circular. Desde 2014, que está no negócio, garante que dá para viver e tão depressa consiga juntar o dinheiro desejado regressa a Benguela para ficar ao lado da família. Na sua tenda, faz-se aplicação normal, que custa 2.500, pedicure e manicure 1.500 e limar e pintar 500 kwanzas.

TAMBÉM SEM IMPOSTOS

Os salões de chineses e vietnamitas são um pouco mais organizados e é possível encontrar um aparato de vernizes, modelos de unhas, máquinas de remoção de unhas entre outros materiais. Quem aqui trabalha considera que, em Angola, as mulheres gostam de ter as unhas bem tratadas e seguem as tendências de moda e, por isso,

não se importam em gastar muito. De poucas palavras, normalmente não trabalham com angolanos, “por terem algum receio”. Apesar da facturação diária ou semanal, não pagam impostos. Alguns salões destes imigrantes só estão disponíveis com hora marcada, mas quem aqui trabalha não tem problemas com as horas. “Quanto mais clientes melhor”, é o lema que respeitam.



Artur Viegas



Unhas de nails



Unhas plásticas, gel



Samuel Adriano

PUB



AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center
(+244) 947 992 829
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DE JURE

DE ONOFRE DOS SANTOS

Lei do Processo Constitucional em livro

CONSTITUCIONALIDADE. Académico e juiz conselheiro do Tribunal Constitucional lança a obra 'Lei do Processo Constitucional Anotada', no Lubango, Huíla, com o prefácio de Rui Ferreira. E define, como próximo passo, conversar e tirar dúvidas a estudantes.

Por Isabel Dinis

Direccionada, sobretudo, a advogados e estudantes de Direito, a obra cinge-se a comentários do autor sobre a aplicação dos 70 artigos que compõem a lei promulgada em Novembro de 2010, reportando a experiência, de mais de oito anos, de Onofre dos Santos no Tribunal Constitucional (TC). “Ao longo dos anos de prática, fui tirando muitas notas, fazendo muitas comparações das relações dos profissionais com a lei e nem sempre a sua aplicação é bastante conhecida pelos operadores de Direito, principalmente os advogados, porque essa especialidade do processo constitucional é uma disciplina nova”, explica o juiz conselheiro do TC, designado em 2008 pelo Presidente da República.

O livro, com mais de 150 páginas, é composto de análises aos artigos da lei, que o autor faz questão de ressaltar que não se trata de uma opinião “comum”, por acreditar que o que defende nem sempre é defendido pelos colegas do Tribunal Constitucional. “No tribunal há sempre duas opiniões que se debatem uma sobre a outra, que passam pela interpretação da lei processual.” Para além da análise aos artigos, a



obra conta também com dois textos de opinião de homenagem a dois docentes universitários, publicados em duas revistas portuguesas.

O lançamento da mais recente obra académica de Onofre dos Santos ocorreu durante os trabalhos da 'V conferência anual da Ordem dos Advogados de Angola (OAA)', contando com o prefácio do juiz conselheiro presidente do Tribunal Constitucional, Rui Ferreira. A edição esteve sob responsabilidade da Leya e da Texto Editores e deverá estar

disponível nas principais livrarias do país, brevemente.

Como próximo passo, o autor pretende fazer pequenas reuniões em todas as faculdades de Direito, para debater e tirar dúvidas aos estudantes.

Onofre dos Santos conta com várias obras publicadas, juntando trabalhos científico-académicos e ficção, entre as quais a 'Lei do registo eleitoral anotada', 'O Conto da Sereia', 'Os meus dias da Independência', entre outros.



PEDIDO DE PROVIDÊNCIA CAUTELAR

Advogados falam em 'silêncio institucional'

Os advogados, autores da providência cautelar, interposta para suspender a eficácia da posse de Isabel dos Santos como presidente da Sonangol, consideram existir um “silêncio solidário institucional” para deixar o processo “cair no esquecimento”, sem decisões.

O advogado e porta-voz do grupo, David Mendes, afirmou, em conferência de imprensa, em Luanda, que o prazo máximo de 45 dias para que o tribunal se pronunciasse sobre a providência cautelar foi há “muito ultrapassado”, tendo passado já mais de 90 dias, o mesmo acontecendo com as participações enviadas à Procuradoria-Geral da República e à Presidência da República.

“A falta de decisões representa denegação da Justiça, porque coloca

em causa o próprio efeito prático. Estamos perante um silêncio de solidariedade institucional, em que ninguém se pronuncia sobre este recurso e as queixas apresentadas por nós. É muita coincidência, mas não queremos que, com o silêncio, se esqueça este assunto”, apontou David Mendes”.

O advogado recordou que não há “sequer um despacho de recebimento ou de rejeição liminar” da providência cautelar, o que confirma uma “ilegalidade” do Tribunal Supremo por “se recusar a pronunciar” sobre o processo: “Se os danos já se realizaram, então já não há nada a acautelar.”

São 12 os advogados que assinaram a petição que deu entrada no Tribunal Supremo, em Luanda, a 10 de Junho, colocando em causa a legalidade da decisão de nomear a empresária pelo chefe de Estado, José Eduardo dos Santos e pedindo a suspensão da decisão.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



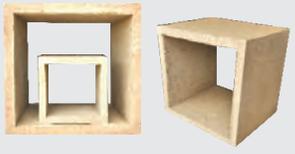
✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIVOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Gestão

INGVAR KAMPRAD, CRIADOR DA MAIOR FÁBRICA DE MÓVEIS MUNDIAL, IKEA

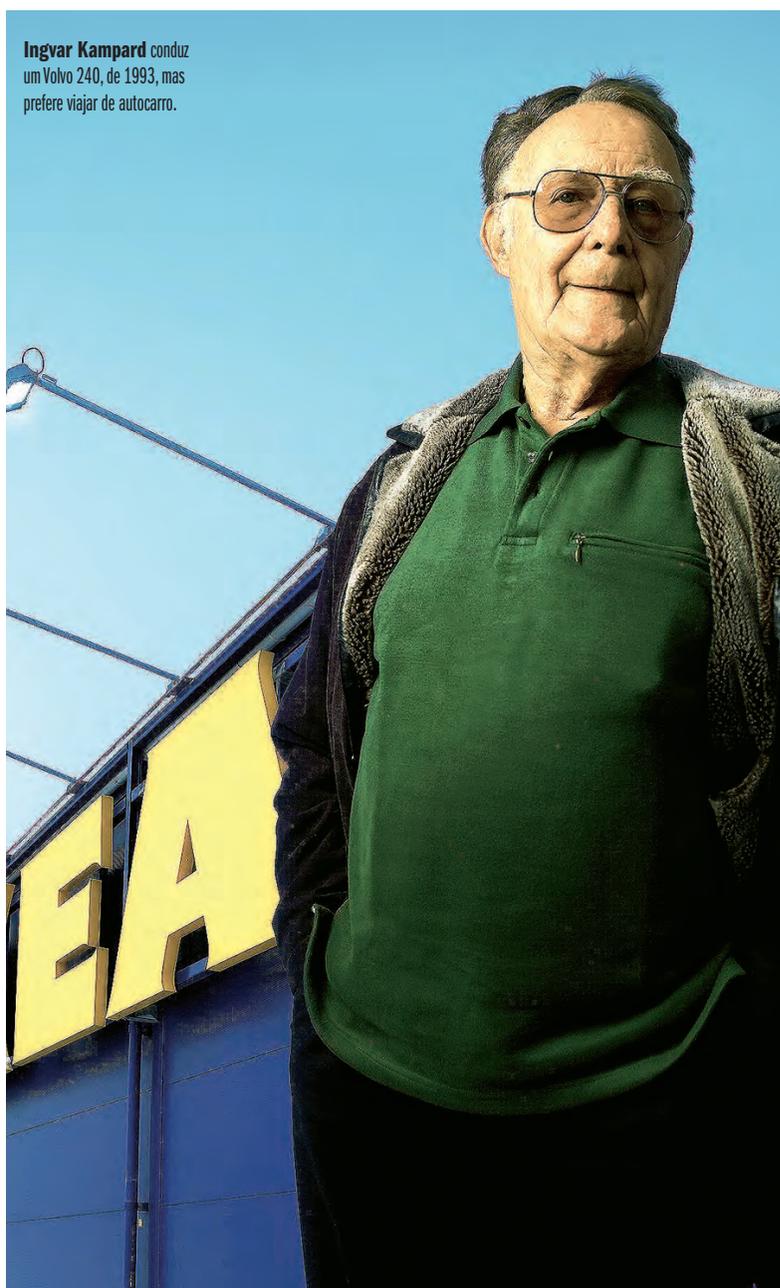
Um rico demasiado forreeta

MOBILIÁRIO. Com uma fortuna que faz dele um dos homens mais ricos do mundo, Ingvar Kamprad criou um império mobiliário. é um hábil gestor político e é 'estrela' na imprensa por ser demasiado forreeta: compra roupa em segunda mão e produtos expirados.

Por Emídio Fernando

Ingvar Kamprad entrou, há muito tempo, na lista dos homens mais ricos do mundo, já chegou a ocupar a quarta posição, mas é conhecido por ter uma gestão muito própria do seu dinheiro. Tão própria que o torna uma celebridade também por isso. Só compra roupa usada, em feiras e lojas especializadas, e continua a conduzir um carro com quase 25 anos. Num recente documentário, transmitido pela televisão e que assinalou os 90 anos do empresário, Ingvar Kamprad confessou que “nunca teve uma peça de roupa que não tenha sido comprada em segunda mão”. “Isso só significa que quero tentar dar um bom exemplo”, revelou ao canal de televisão sueco, TV4.

Esse exemplo chega a ser extremo. O multimilionário sueco conduz um Volvo 240, de 1993, mas prefere viajar de autocarro e, de avião, opta sempre pela classe turística. No documentário, conta-se que ficou chocado, na Holanda, quando lhe apresentaram uma factura de 25 dólares. Desde essa



Ingvar Kamprad conduz um Volvo 240, de 1993, mas prefere viajar de autocarro.

altura, aproveita as viagens de negócios aos países em vias de desenvolvimento para ir ao barbeiro. Além disso, na pequena cidade onde vive, Smaland, percorre as prateleiras dos supermercados à procura de comprar pacotes de leite e de iogurte que estejam prestes a perder a validade, portanto, mais baratos.

Numa recente entrevista ao jornal espanhol 'El País', o director global de design da Ikea, Marcus Engman, defende a atitude do patrão, considerando-a “não como tacahez”, mas “como consciência dos custos”.

Quem o encontrar numa rua com um ar modesto, nem imagina que Ingvar Kamprad é um multimilionário, dono da IKEA, uma cadeia de mobiliário presente em 280 lojas de 37 países. Longe de entender o que leva um homem com uma fortuna avaliada em mais de 65,5 mil milhões de dólares a ser tão frugal.

LOJA ECONÓMICA

A ideia aliás que presidiu à criação da rede de fabrico de móveis para casa é quase uma cópia do seu pensamento. A primeira loja

surgiu em 1943, em pleno auge da Guerra Mundial. Passou logo a ser dominada por uma característica que ainda hoje predomina: são os próprios clientes que montam as peças que compram. O conceito, aliado à utilização de produtos mais baratos e de fácil desgaste, transformou-se num sucesso, que se viria a reflectir em 1958, quando foi aberta a primeira loja gigante na Suécia. O sucesso agitou a concorrência que acusou a empresa de pagar salários baixos e de usar produtos 'de plástico'. As

65,5

Milhões de dólares é a fortuna avaliada do empresário sueco, com dados de 2015.

37

Número de países onde a IKEA está presente.

280

Número de lojas que a IKEA tem espalhadas pelo mundo.

lojas existentes na altura chegaram a ser ameaçadas por outros fabricantes: ou boicotavam a IKEA ou seriam simplesmente boicotadas, ficando sem produtos.

Ingvar Kamprad acabou por bloquear a venda dos móveis, só permitindo ter os seus produtos em lojas próprias. Hoje a empresa tem uma rede que se estende a 37 países. A maioria destes autênticos centros comerciais de móveis encontra-se na Europa, mas há outros estabelecimentos nos EUA, Canadá, Austrália e em países asiáticos e com a proeza de ter lojas simultaneamente na judia Israel e nos vizinhos muçulmanos do Médio Oriente.

Esta gestão política acabou por ser uma mais-valia do empresário sueco. Em 1961, durante a guerra-fria, conseguiu convencer a socialista Polónia a montar uma fábrica que até hoje é a maior do mundo a seguir à da China. O catálogo da IKEA é composto por mais de 12 mil produtos e tem uma tiragem de cerca de 175 milhões de cópias anuais, com uma distribuição gratuita, através dos correios ou mesmo nas lojas. A tiragem é, por exemplo, superior ao conjunto das bíblias que se comercializam por ano.

Apesar da avareza, Ingvar Kamprad montou o parque Smaland, uma pequena imitação, com produtos do IKEA, da Disneylândia. Mesmo com o sucesso, a empresa não consegue afastar-se das acusações de que tem sido alvo permanente: a de utilização de esquemas para fugir aos impostos, em cada país onde se encontra, especialmente, na Europa. O próprio Ingvar Kamprad mudou-se para um cantão suíço, onde o pagamento de impostos é mais suave.

Ingvar Feodor Kamprad nasceu a 30 de Março de 1926, foi casado uma única vez, tem três filhos e, aos 19 anos, pertenceu a uma organização juvenil fascista, em que dava dinheiro e tinha a missão de recrutar membros.

África continua a crescer



Donald P. Kaberuka

Ex BAD



Acha Leke

McKinsey

É o fim da lua-de-mel das economias africanas? Há menos de uma década, parecia que os sonhos económicos do continente estavam a começar a tornar-se realidade, com muitos países a experimentar o desenvolvimento e um crescimento do PIB impressionantes. Agora, como a dura realidade do continente a condições externas tem mostrado, o crescimento é difícil.

Sobrecarregado com a desaceleração do crescimento na China, com um colapso no preço das 'commodities' e com a repercussão adversa a partir de inúmeras crises de segurança, o crescimento global do PIB anual da África foi, em média, de apenas 3,3% entre 2010-2015, mantendo-se com o crescimento da população e bem abaixo do 4,9% do período entre 2000-2008.

Mas um olhar mais profundo sugere que as coisas podem não ser tão más como parecem, por duas razões principais.

Em primeiro lugar, embora o crescimento médio tenha diminuído, algumas economias africanas têm prosperado. O PIB agregado foi forçado, desde 2010, pelo crescimento variável dos países exportadores de petróleo e pelas crises na Tunísia e na África do Norte; mas no resto de África, o crescimento do PIB acelerou de 4,1% em 2000-2010 para 4,4% em 2010-2015.

Em segundo lugar, África passa por uma transformação profunda a longo prazo, caracterizada pelo aumento das áreas urbanas e pelo crescimento da população em idade activa, que deverá superar, em 2034, a força de trabalho da China e da Índia. Essa tendência demográfica poderá acelerar o crescimento e diversificar a economia, estimulando o consumo interno e o apoio à industrialização.

Os países de alto crescimento - incluindo a Costa do Marfim, Etiópia, Quênia e Tanzânia - fizeram progressos substanciais na redução da dependência das exporta-

ções de 'commodities' a favor do comércio, investimento e consumo doméstico. Muitos países de menor crescimento podem optar por um caminho similar.

Uma pesquisa do McKinsey Global Institute (MGI) mostra que os gastos dos consumidores e das empresas da África já totalizam quatro triliões de dólares. Em 2025, esses números poderão chegar aos 2,1 triliões de dólares em consumo privado e 3,5 triliões em negócios. Isto representa uma enorme oportunidade para os fabricantes africanos. África pode quase duplicar a sua produção industrial, para quase um trilião de dólares em 2025, com cerca de 75% desse crescimento a depender da produção para mercados locais. A questão é saber se os fabricantes conseguem explorar este potencial de crescimento.

Para já, as empresas africanas ainda não provaram ser capazes de responder à exigência doméstica. África ainda importa cerca de um terço dos alimentos, bebidas e outros produtos transformados que consome, ao passo que o Sudeste Asiático importa cerca de 20% e o bloco do Mercosul importa para a América do Sul apenas 10%. África ainda importa 15% do cimento que utiliza, apesar de ter matérias-primas abundantes para o fabricar.

Os negócios africanos têm feito grandes progressos. Hoje, 400 empresas africanas têm uma receita anual de mais de mil milhões de dólares e 700 têm uma receita anual de mais de 500 milhões de dólares. No conjunto, estas grandes empresas crescem mais rapi-

damente - e geram lucros mais elevados - do que os seus pares a nível global.

Mas ainda há um longo caminho a percorrer. A receita anual média das empresas africanas (com a excepção na África do Sul) atinge dois mil milhões de dólares e é metade da conseguida pelas grandes empresas similares no Brasil, Índia, México e Rússia. África tem apenas cerca de 60% das grandes empresas de que precisa para colocar o continente no mesmo nível das economias emergentes.

Um factor-chave que condiciona o crescimento das empresas é a natureza do mercado africano, que actualmente compreende principalmente as pequenas economias com laços económicos e políticos limitados. Há oito zonas comerciais regionais. Nenhuma inclui mais de metade dos países da África. Apenas Egipto, Marrocos, Nigéria e África do Sul estão classificados no 'top 100' do índice de conexão global da MGI.

Além das barreiras comerciais excessivas, África sofre com transportes inadequados e limites na livre circulação de pessoas. Os africanos precisam de vistos para viajar para mais de metade dos países no seu próprio continente. O recente lançamento do passaporte da União Africana é um passo na direcção certa, mas é apenas um passo.

Só um mercado mais integrado permite às empresas africanas criarem economias de escala de que precisam para competir; e isso também seria muito mais atraente para os investidores institucionais. A cons-

trução de um mercado desse tipo deve, portanto, ser uma prioridade para os líderes africanos, à medida que tentam desencadear o potencial económico do continente.

É igualmente importante que os líderes trabalhem para melhorar o ambiente de negócios. Embora algum progresso tenha sido feito nas últimas duas décadas, as barreiras não-tarifárias permanecem elevadas.

As questões de regulamentação ainda são citadas como um sério obstáculo ao investimento. Muitas empresas africanas - quase metade das da Nigéria e mais de um terço em Angola e Egipto - destacam o fornecimento de electricidade fiável como um grande desafio. Quase 40% das empresas pesquisadas pelo Banco Mundial lamentam a concorrência dos mercados informais.

Algumas destas questões poderão ser resolvidas de forma relativamente rápida. Um bom exemplo são os passos que o Ruanda tem dado desde 2007, quando estabeleceu uma placa de desenvolvimento para melhorar o ambiente de negócios. Em menos de uma década, levou à criação de um centro que facilita o investimento e tem supervisionado a emissão simplificada de licenças de construção e a criação de uma taxa fixa para o registo de propriedade. Como resultado, o 'ranking' global de Ruanda, na facilidade de criar negócios, saltou de 143 em 2008 para 32 em 2014. Este sucesso pode certamente ser replicado noutras partes de África.

Apesar dos desafios que alguns países africanos enfrentam, o potencial económico do continente permanece elevado, graças à dinâmica demográfica favorável, às cidades em rápido crescimento, ao florescente mercado interno e a uma revolução digital. Com as políticas certas, com o foco na execução e uma grande dose de determinação, África ainda pode escalar mais degraus.

Donald Kaberuka foi presidente do Banco Africano de Desenvolvimento.

Acha Leke é sócio sénior da McKinsey & Company, de Joanesburgo.

Um bom exemplo são os passos que o Ruanda tem dado quando estabeleceu uma placa de desenvolvimento para melhorar o ambiente de negócios. Em menos de uma década, levou à criação de um centro que facilita o investimento e tem supervisionado a emissão simplificada de licenças de construção e a criação de uma taxa fixa para o registo de propriedade.



Internacional



Vários países viraram-se para o FMI e o Banco Mundial.

ANÁLISE DA ONU

Travão no crescimento

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) prevê que haja um abrandamento do crescimento económico para 2,8%, este ano, nos países da África subsaariana,

região onde se encontra a maioria dos países lusófonos.

No relatório de 2016 sobre o Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD prevê ainda que o crescimento económico da África subsaariana passe de 3,5%, no ano passado, para 2,8%, não especificando a evolução da economia em cada um dos países que compõem esta região, e onde está Angola, Cabo Verde,

Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A queda do preço das matérias-primas e o consequente impacto nas finanças públicas, com o aumento dos défices orçamentais e do recurso à dívida pública, a que se junta o abrandamento da economia mundial e também dos investimentos das grandes empresas em áreas.

Em África, pormenoriza o

texto, “muitos países foram fortemente impactados pelo declínio dos preços e pelas consequências negativas vindas dos países asiáticos em desenvolvimento”, notando que Angola e Nigéria foram “severamente afetadas”.

A queda dos preços do petróleo e o consequente impacto nas economias tornou mais visíveis as dificuldades dos países, nomeadamente na vertente financeira. “Hoje, já vários países se viraram para as instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, para obterem assistência financeira”, diz a UNCTAD.

CONFRONTOS EM KINSHASA E KABILA SEM INTENÇÕES DE LARGAR O PODER

RDC à beira do caos político

VIOLÊNCIA. ONU e França pressionam Joseph Kabila para cumprir com o mandato e deixar o poder como estava previsto na Constituição. Nas ruas, a semana terminou calma, mas com grande tensão. Os protestos fizeram 32 mortos, dizem as autoridades. A oposição fala em mais de 100 mortos.

Por Emídio Fernando

As autoridades congolenses apressaram-se em fazer o balanço dos violentos confrontos em Kinshasa a semana passada: 32 mortos, entre eles quatro polícias, e dezenas de feridos. Mas a oposição, que contesta a permanência de Joseph Kabila, na presidência da República Democrática do Congo (RDC), refere-se a mais de 100 mortos. Na sexta-feira, preparavam-se os funerais das vítimas que poderão dar números mais precisos.

Os confrontos começaram na segunda-feira passada e duraram três dias. Tudo começou à margem de um evento organizado pela oposição, formada pela União para a Democracia e Progresso Social (UDPS). A ideia do encontro era apenas contes-

tar a continuidade de Joseph Kabila, como chefe de Estado, depois de ter expirado o mandato. A oposição exige que o presidente saia a 20 de Dezembro, conforme exigido pela Constituição. O encontro terminou numa manifestação na capital, com confrontos com a polícia e exigiram a intervenção do exército

O porta-voz do governo, Lambert Mende, acusou os organizadores de terem enganado as autoridades sobre as reais intenções: “eles tinham na cabeça uma insurreição obviamente longa e premeditada”.

Joseph Kabila, apesar de ter expirado o mandato para que foi eleito, mantém-se no poder e quer organizar as próximas eleições apenas em 2018.

O Conselho de Segurança da ONU lançou um apelo à calma e salientou a “importância fundamental” de realizar uma eleição presidencial “em conformidade com a Constituição”. Os membros do Conselho de Segurança “condenaram fortemente a violência” e lembraram “a importância



A oposição da RDC fala de mais de 100 mortos.

15

Número de anos que Joseph Kabila está no poder.

crucial da realização de uma eleição presidencial pacífica, credível, transparente, em tempo hábil e em conformidade com a Constituição”.

Sem meias palavras e numa reação rápida, à margem da Assembleia-Geral da ONU, François Hollande, presidente francês, acusou as autoridades da RDC de terem cometido “atrocidades” contra o povo. Hollande entende que houve uma “violência

intolerável”, acrescentando, que “as vítimas foram causadas pelos abusos do próprio Estado congolês”.

As críticas de Paris mereceram um forte protesto do governo de Kabila. O porta-voz acusou a França de se “intrometer na vida interna” da RDC e de lançar mais “fogueira para os protestos”. Lambert Mende lembrou os “limites obrigatórios” nas relações entre países e perguntando se a RDC “se tornou um “novo departamento ultramarino de novas conquistas da França”. Depois dos confrontos, em comunicado, Joseph Kabila expressou as condolências às famílias das vítimas e prometeu dar-lhes um “apoio apoio total”. Também o Procurador-Geral da República comprometeu-se a julgar os crimes. “A Polícia Nacional foi convidada a procurar activamente os autores desses assassinatos. Havia homens mortos, saques, roubos e tentativas de violação”.

O presidente congolês sugeriu que todas as partes se encontrassem para participarem num diálogo nacional “para fortalecer a construção de consenso eleitoral e política e para poupar o nosso povo a um sofrimento injustificado”. No entanto, a oposição não está pelos ajustes, a União Africana e Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO), ligada à Igreja Católica, anunciaram a suspensão das actividades “por respeito às vítimas” e sugeriram a criação de um Dia Nacional de luto.

A RDC volta assim a viver tempos agitados que, desta vez, chegaram à capital. Joseph Kabila chegou ao poder em 2001, depois do anterior presidente, o seu pai Laurent, ter sido assassinado por um guarda-costas.

A CIDADE CHARLOTTE, nos EUA, impôs um recolher obrigatório depois de três noites de protestos por causa da morte de um afro-americano assassinado por uma agente da polícia.



UM DIRIGENTE da Renamo foi assassinado, na sexta-feira, em Moatize, Tete, numa acção que o movimento atribui a um esquadrão da morte das forças governamentais.



Olavo Correia,
ministro das Finanças
de Cabo Verde.



CABO VERDE

Longe das metas

O ministro das Finanças de Cabo Verde, Olavo Correia, admitiu que vai ter dificuldades em pôr a economia cabo-verdiana a crescer em média sete por cento ao ano, mas assegurou que o governo está a trabalhar

para alcançar essa meta. “Obviamente que não é fácil hoje crescer a esses níveis no contexto da economia cabo-verdiana. Estamos a partir de um quadro de crescimento baixo, nos últimos anos em média um por cento”, lembrou Olavo Correia.

A meta de crescimento médio de sete por cento ao ano foi uma das bandeiras da campanha eleitoral do Movimento para a Demo-

cracia (MpD), que, em Março, conquistou o poder.

O pessimismo do ministro das Finanças foi transmitido depois de uma reunião uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que esteve duas semanas em Cabo Verde.

Ulrich Jacoby, o chefe da missão, lembrou que as previsões de crescimento do FMI para os pequenos Estados insulares, como Cabo Verde, apontam para crescimentos de 3,5 a quatro por cento ao ano. Jacoby admitiu que os dados recolhidos pela missão apontam para um aumento do crescimento económico este ano.

BRASIL

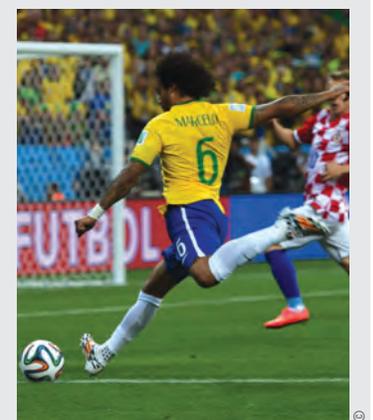
Futebol deu lucro

O Mundial de futebol no Brasil em 2014 impulsionou as receitas brutas das empresas dedicadas às actividades culturais e desportivas, indica um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), que analisa a estrutura produtiva dos serviços não financeiros no Brasil, mostrou que houve uma grande variação real anual das empresas no Norte (18,0%), Nordeste (37,8%) e Sul (20,2%), devido ao campeonato do mundo.

“Isso é coerente com a evolução da taxa de investimento, que passou de 4,8% em 2011 para 10,0% em 2012, 12,3% em 2013 e 12,0% em 2014, devido à Copa do Mundo de futebol, realizada em 2014”, destacou o IBGE.

Essas actividades ainda foram responsáveis pelos maiores aumentos percentuais em postos de trabalho nas regiões Norte (25,1%) e Sul (12,9%). O levantamento apresentou ainda dados gerais do sector de serviços no Brasil, indicando que o país tinha em 2014 cerca de 1,3 milhões de empresas de serviços não financeiros, que totalizaram 400 mil milhões de dólares em receitas operacionais líquidas.



GUINÉ-BISSAU

Regresso do FMI

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) garantiu, na semana passada, na Guiné-Bissau, que há “progressos para que o país possa voltar a receber apoios” da instituição no próximo ano.

A retoma do programa deverá acontecer “em 2017”, referiu Felix Fischer, chefe da missão, após um encontro com o primeiro-ministro, Baciro Djá. Na reunião, participou Roger Nord, director-adjunto do FMI para África, que reconheceu “progressos”.

A missão de ajuda do FMI foi suspensa este ano. As reco-

mendações vão ser levadas à reunião do Conselho de Administração do FMI, a 1 de Dezembro, na qual será decidido se a ajuda ao estado guineense será retomada ou não.

Em 2015, o fundo decidiu atribuir 25 milhões de dólares à Guiné-Bissau, um apoio a entregar, em três anos. Apesar de não ser uma das maiores ajudas, as decisões do FMI costumam ser catalisadoras, indicou Felix Fischer.

A situação de instabilidade política que se vive há um ano, com quatro governos sucessivos, tem travado os apoios de muitos parceiros internacionais, que esperam que um quinto executivo venha garantir estabilidade até ao fim da legislatura (2018).

Baciro Djá,
primeiro-ministro
bissau-guineense



Cerca de 14% da extrema-direita prefere receber não muçulmanos.

REFUGIADOS COM VIDA DIFÍCIL

Preconceito na Europa

Um estudo liderado por Jens Hainmueller, um professor de Ciência Política da Universidade de Stanford, inquiriu 18 mil cidadãos da União Europeia sobre “qual o tipo de refugiados que os votantes estão dispostos a aceitar”. Os resultados mostram um preconceito face a refugiados muçulmanos, já que os dados mostram que os europeus apresentam menos 11% de vontade de deixar entrar um muçulmano do que um cristão. O estudo surge numa altura em que se admite que a Europa possa receber cerca de 300 mil refugiados. Os pedidos de asilo, em vários países da União Europeia, já ultrapassam um milhão.

O estudo apurou também que a probabilidade de ser bem recebido

pelos cidadãos da UE é 14% maior quando se trata de um médico do que quando se trata de um desempregado, por exemplo. São também mais bem aceites (em 15%) aqueles que fogem da guerra aos refugiados que procuram oportunidades.

Em entrevista ao ‘Washington Post’, o responsável do estudo explicou que se verifica um maior medo face aos muçulmanos junto daqueles que se colocam no espectro político da extrema-direita. Cerca de 14% dos afectos à extrema-direita afirmaram preferir receber não muçulmanos, ideia partilhada por 7% dos que se consideram de extrema-esquerda.

Existem outros aspectos que levavam os refugiados a serem mais bem aceites, entre os quais: se foram torturados — 11% mais provável de ser aceite —, ter sido perseguido pela sua religião — 15% mais — e falar a língua do país de asilo — 12%.

Ambiente

PROIBIÇÃO ELOGIADA POR ONG FRANCESA

Angola é exemplo na venda de marfim

BIOLOGIA. A ONG francesa 'Robin des Bois' (Robin Hood) felicitou o Ministério do Ambiente pelas acções e esforços no combate à caça e ao comércio ilegal de espécies. A associação destacou a proibição das bancadas de venda de peças de marfim no mercado do Benfica.

Por Pihia Rodrigues

A 'Robin des Bois' elogia o compromisso de Angola em encerrar o mercado interno de marfim bruto e esculpido, ocorrido oficialmente nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho) no mercado do Benfica, em Luanda, informou o site do Ministério do Ambiente.

O mercado encerrou as bancadas

de vendas de peças de marfim, bem como a queima de marfim apreendido nos vários pontos fronteiriços. O ex-administrador do mercado, João Isabel, confirmou, em entrevista ao jornal Nova Gazeta, que a praça já não vende marfim “desde que o país aderiu à Convenção Internacional de Espécies em Vias de Extinção (CITES)”.

De acordo com a ONG, a acção de Angola “é de coragem” e confronta aqueles que não estão preocupados com o interesse geral e patrimonial e o valor cultural de espécies selvagens. “Definitivamente, os tempos mudaram para

todos aqueles que agem para a extinção dos elefantes”, lê-se na carta.

A ONG aplaudiu o compromisso de Angola a favor dos elefantes e reafirma o seu apoio na adopção de propostas relativas ao comércio interno,

5

de Junho de 2016, data em que Angola encerrou o mercado interno de marfim.



Venda de marfim em mercados proibida.

destruição de 'stock' ilegal e reformulação da lista de todos os elefantes, incluídos no apêndice nº I na CITES.

A 'Robin des Bois', fundada em 1985, defende o ambiente e segue diariamente os casos de caça ilegal de elefantes e contrabando de marfim relatados por entidades públicas em França, seja pela imprensa local como através de ONG nacionais e internacionais. Como parte do seu trabalho, publica trimestralmente um boletim informativo 'The trail', com informação e análises a respeito da caça e comércio ilegais de espécies.

Um dos objectivos é informar sobre as dificuldades enfrentadas

por cada Estado no seu território e os meios utilizados para proteger os elefantes e animais selvagens. O encerramento dos mercados domésticos, a destruição de 'stocks' de marfim ilegais e o reforço das sanções são as três medidas essenciais necessárias para conter a caça ilegal e o contrabando.

Em França, a ONG tem contribuído com o Ministério do Ambiente para terminar com o comércio interno de marfim bruto e esculpido, “com excepção ou limitado as antiguidades genuínas” esculpidas “de forma excepcional”. Esta medida poderá estender-se a todos os países da União Europeia, segundo a carta.



FIM DA CAÇA FURTIVA EM ANGOLA

Proibida a venda de animais selvagens na estrada

O Governo decidiu proibir o habitual comércio de animais selvagens, vivos ou abatidos, ao longo das estradas, para conter a caça furtiva que ameaça a sobrevivência de várias espécies. De acordo com um decreto, publicado este mês pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, a medida surge face ao “abate indiscriminado de animais” e o “seu comércio às estradas nacionais e junto de mer-

cados paralelos em todo o território nacional”. “Tendo em conta que a caça furtiva tem assumido níveis elevados de abate de animais, pondo em risco a biodiversidade e o ambiente”, lê-se no mesmo documento a que a agência Lusa teve acesso, e que se aplica à posse, comércio, transporte e abate indiscriminado de espécies de animais protegidas pela Convenção sobre o Comércio Inter-

nacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES).

O mesmo decreto define expressamente que passa a ser “proibida a exposição de animais vivos ou abatidos em todos os locais públicos ou privados em todo o território nacional”, e que compete aos governos provinciais a tarefa de apreensão destes animais e devolução (dos vivos) à natureza.

Angola tem 162.642 quilómetros quadrados de áreas protegidas, o que corresponde a 13 por cento do território, entre parques nacionais e regionais, reservas naturais integrais e parciais. O país recebeu, em Junho, as comemorações internacionais do Dia do Ambiente e alberga algumas das espécies mais ameaçadas do mundo na lista da CITES, desde tartarugas a antílopes, elefantes e gorilas.

Educação & Tecnologia

PRÉMIOS PARA AS MELHORES IDEIAS TECNOLÓGICAS

Jovem inventa aplicativo sobre direito

INVENÇÃO. Casimiro Tavares venceu a 1.ª edição do concurso de inovação 'Primeira Geração Angola' realizado pela Embaixada da Suécia e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Projectos ligados ao direito, à medicina e às tecnologias foram premiados.

Por Pihia Rodrigues



O concurso de inovação 'Primeira Geração Angola', promovido pela Embaixada da Suécia e pelo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é destinado a estudantes universitários com projectos inovadores na área das Tecnologias de Informação e Comunicação. O vencedor da edição deste ano foi o jovem Casimiro Tavares, que apresentou uma solução tecnológica, dinâmica, para exemplos de casos práticos nos estudos de Direito: um jogo com informações doutrinárias e legais, baseado na legislação angolana. Segundo o criador, o projecto começou a ser desenvolvido em Maio. Ainda está em versão inicial (Alfa) depois de reunir alguns apoios poderá passar para a versão prática (Beta), na fase em que o aplicativo será disponibilizado ao público.

Em segundo lugar, ficou um estudante do 2.º ano de Informática da Universidade Metropolitana. Ismael Sanama desenvolve, desde o ano passado, um 'kit' de Diagnóstico Médico Móvel, que se resume, segundo o autor, num hospital móvel. Trata-se de um conjunto de sensores em que se podem implementar diferentes linguagens de programação.

Evandro Silva propõe um 'Centro Tecnológico Sustentável'. A

invenção, que lhe permitiu ficar em terceiro lugar, consiste em construir centros com soluções ecológicas, tanto para o meio rural como urbano, em contentores de 40 pés, numa infra-estrutura equipada com materiais recicláveis e fornecimento de energia eólica. De acordo com o criador, o objectivo do projecto "é melhorar a quali-

dade de vida", além de estimular a criatividade e buscar soluções de baixo custo para as necessidades comunitárias.

O 'Concurso de Inovação Primeira Geração', sob o lema 'Formas inovadoras que as TIC podem ser aplicadas para propulsionar a realização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável em Angola', é uma iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia lançada "em apoio à disseminação global dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)", cuja agenda vai até 2030.

Além do embaixador da Suécia em Angola e o representante do PNUD, fizeram a entrega dos certificados de mérito o secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, e o director-geral do Centro Tecnológico Nacional, Gabriel Luís Miguel.

O embaixador da Suécia, Lennart Larson, reforçou que o objectivo do projecto é "acabar com a pobreza" e cuidar das alterações climáticas. Justifica que o concurso é virado às TIC, apontando como exemplo o seu país por ter "uma das maiores economias digitalizadas do mundo". Outra intenção manifestada pelo diplomata é a de estimular a capacidade empreendedora.

O júri foi constituído por representantes de instituições internacionais, como a African Innovation Foundation e a empresa de tecnologia Ericsson, além do PNUD e a embaixada sueca. O júri teve como critérios-base, entre outros, a solução criadora, potencial de realização do projecto e impacto social.

MEMORIZE

- O 'Concurso de Inovação Primeira Geração' é uma iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia lançada em apoio à disseminação global dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja agenda vai até 2030.



Casimiro Tavares, vencedor do concurso

Santhos Samirasecca © VE



YAHOO SOFRE CRIME CIBERNÉTICO

Roubadas mais de 500 milhões de contas 'e-mail'

INFORMÁTICA. Centenas de milhões de contas de 'e-mail' da Yahoo podem ter sido roubadas. O alerta já tinha sido dado em Agosto. Em causa podem estar 4,8 mil milhões de dólares de um acordo com a Verizon.



A Yahoo comunicou, na passada semana, que um vazamento de informações atingiu, pelo menos, 500 milhões de usuários. Segundo a empresa, recentemente adquirida pela companhia de telecomunicação Verizon, a acção ocorreu no fim de 2014 e foi realizada por alguma organização estatal.

De acordo com a Bloomberg, no início de Agosto circulou a notícia de que os dados de milhões de contas de 'email' da Yahoo estariam à venda na 'dark web' (a área da internet fora dos motores de busca). Estimava que estariam comprometidas cerca de 200 mil contas e que a extensão da quebra de segurança poderia ser maior que o inicialmente esperado, estando em causa os nomes, datas de nascimento, número de telefone, endereços de correio electrónico

e respectivas palavras passe. A investigação começou depois de um 'hacker', conhecido por Peace, ter sido apanhado a vender acessos a essas contas.

Na altura, a Yahoo não negou a ocorrência da fuga de informação, mas também não adoptou o procedimento habitual nestes casos, que passa por recomendar ou forçar a criação de uma nova 'password'. Durante a investigação, a Yahoo garantiu que foi possível perceber que não foram roubados nenhuns dados referentes a contas bancárias ou de pagamentos. Os utilizadores afectados estão a ser notificados e as contas estão a receber a devida manutenção para que fiquem, novamente, seguras.

A infiltração pode ter implicações no acordo de compra do Yahoo! pela Verizon no valor de 4,8 mil milhões de dólares firmado em Julho, mas que ainda está pendente da autorização dos reguladores para formalizar a integração de operações.

Marcas & Estilos

Quilates tecnológicos

Não seria um exagero dizer que o Goldgenie iPhone 7 Diamante RockStar é, no planeta, um dos objectos mais cobiçados nos últimos dias. Pelo menos por quem conhece o valor dos 800 diamantes de 24 quilates.

Achados utilíssimos

É o vermelho dourado mais lindo algum dia visto. Como sempre, é outro dos achados das senhoras que a Hermes Kelly faz questão de colocar à sua disposição.

Linhos de verão

O algodão deste 'blazer' será o que de melhor encontrará no verão. Possui um tecido subtil de linho de mistura italiano com revestimento parcial para respirabilidade durante os meses mais quentes.

Charmes dourados

Dê realce à sua aparência com este colar moderno da Hamsa, que incorpora diamantes da Evil Eye, com 14 quilates de ouro branco e amarelo polido. É o charme a ser medido com meia polegada.

Assinando sucesso

Depois de assinado com esta esferográfica, não há contrato que não resulte em sucesso. Esta bela 'caneta-lápis' da Bourbon Maker vem com certificado de autenticidade e uma caixa de presente.

Para sonhos históricos

Esta elegante e sexy cama italiana está de acordo com o gosto dos clientes da Lisoni, com cabeceira envolta em penas de ganso e uma generosa cobertura para proporcionar uma experiência de luxo. O linho em fibra, em uso há 10 mil anos, oferece-lhe um ar fresco, como a brisa sobre as planícies da Mesopotâmia.

RESTAURANTE

A Corimba e o mar

O regresso do calor em Luanda convida a um preguiçoso descanso numa esplanada. Há muitas, é certo, encostadas ao mar, que trazem a maresia dos finais da tarde. Uma delas está bem escondida. Na Corimba, há um hotel recente que oferece duas fantásticas varandas, viradas para o mar. O Hotel Corimba Sol é o sítio ideal para se apreciar petiscos e bebidas frescas, sentadas nos 'cadeirões' de almofadas do terceiro piso ou apenas com mesas e cadeiras do piso mais abaixo. Pela média que se pratica na capital, os preços até são convidativos. O hotel tem ainda uma piscina, mas apenas para os hóspedes. E, já agora, porque não ser hóspede de um daqueles espaçosos quartos, virados, claro, para o mar?



TURISMO

Magia marroquina

Uma visita a Marraquexe é, claramente, uma viagem a um outro mundo. A começar pelas longas filas de minaretes que embelezam a cidade de Marrocos e dão logo a ideia de estarmos num país muçulmano. Seguem-se as ladainhas, soadas do alto dos minaretes que, cinco vezes por dia, chamam à oração. Eis as 'marcas' de um país muçulmano que, tal como todos inspirados nas ideias de Maomet, não hesitam em fazer dos

mercados os centros das atenções. O pó que vem do deserto e os labirintos feitos pelos edifícios históricos fazem da cidade um lugar quase mágico. Aqui, músicos, encantadores de serpentes, dançarinas, turistas de quase todo o mundo, comerciantes de tapetes e artesanato, cruzam-se pelas ruas. É obrigatório provar os peixes fritos, os cuscus e o húmus. Tudo, claro, sem álcool que o Maomet não bebia.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 26 DE SETEMBRO

Exposição de artes plásticas de Guilherme Mampuya intitulada 'Nas Vestes Da Sagrada Esperança', no Memorial Dr. António Agostinho Neto, termina hoje.

LUANDA

DE 27 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO

O fotógrafo Bruno Fonseca apresenta a exposição 'Out of Box', no Centro Cultural Português.

LUANDA

28 DE SETEMBRO

O músico Ndaka Yo Wiñi actua no 'Queens SPA', no projecto Nova Vida. A partir das 21 horas.

LUANDA

29 E 30 DE SETEMBRO

Os músicos Yuri da Cunha, Robertinho, Ary e N'soki actuaem na Casa 70. A partir das 21 horas.

LUANDA

30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO

O 'Show do Mês' apresenta 'Angola 70's', com Legalise, Botto Trindade, Zino e outros. No hotel Royal Plaza, às 21 horas. Bilhetes a 12 mil kwanzas.

“A música é como uma profissão qualquer, quanto mais preparado se estiver, melhor se executa. É uma ciência que requer atenção.”

EUCLIDES DA LOMBA, COMPOSITOR E DIRECTOR DA CULTURA EM CABINDA

“Devia haver uma redução de impostos”

MÚSICA. Com muitos sucessos, mas poucas vezes visto em palco, Euclides da Lomba está prestes a lançar o 5.º álbum. Lamenta as dificuldades encontradas na música, quer ver reconhecido quem tenha mérito e, por isso, defende mais apoios na cultura como, por exemplo, a redução de impostos.

Por Amélia Santos

As suas músicas contam histórias verídicas ou imaginárias?

Todas são verídicas. Quando as coisas são reais temos de encontrar uma linguagem. No entanto, muita gente que tem passado por muitas situações, revê-se naquilo que faço. É muito bom sentir que se consegue traduzir, em música, o que muita gente sente e pensa. A música é a maior dádiva que recebi. A maneira como sou abordado, até parece que lancei os discos hoje. Sou muito acarinhado.

Os artistas estão mais preocupados com o imediatismo?

A música é como uma profissão qualquer, quanto mais preparado se estiver, melhor se executa. É uma ciência que requer atenção, embora se consiga rapidamente alguma notoriedade. É uma faca de dois gumes. Nos músicos novos, o que mais me surpreende é a capacidade interpretativa, quase todos têm excelentes condições de interpretação. Mas a composição começa a pesar, porque tem de se ter informação. A música não deixa de ser uma forma de expressão. Mesmo na linguagem comum, se se fala com alguém pouco letrado, dá-se conta.

É solicitado por jovens?

Respeitam-me muito, mas o próprio ambiente já não é como nos anos 1990. Prefiro ser uma pessoa normal e natural e que qualquer um possa olhar para mim e pensar que pode fazer o que estou a fazer, porque, muitas vezes, pen-

samos que somos muito artistas e ‘estrelas’ e esquecemo-nos de que somos seres humanos.

Sente-se reconhecido?

Falta alguma coisa. Hoje já não devia ter dificuldades em fazer o meu trabalho. Às vezes, quero ter apenas a possibilidade de trabalhar e viver dignamente. Já não procuro muita coisa. Já estamos a meio do ano e só foram lançados cinco discos. Devíamos ver de que maneira a arte não pudesse ser prejudicada por qualquer motivo. E também que se pensasse na redução dos impostos. Talvez os CD seriam mais baratos. A cultura, no seu todo, devia pensar nisso. Ninguém sozinho consegue gravar um CD. Quando as pessoas têm mérito devem ser reconhecidas.

Quando é que abre a escola de música?

Já está feita a estrutura, falta apenas a materialização. Tem de se contratar força estrangeira. Do levantamento feito, temos de ter pelo menos 150 mil dólares, para poder pôr em andamento a escola. Mas já há instrumentos comprados e contactos com Pedro Façonny que comanda a Orquestra Kapossoka.

Em termos culturais, como está Cabinda?

Em tudo o que é o básico, estamos bem, mas temos dificuldades. Cabinda não tem o número de produtores de Luanda, o governo tem de assumir grande parte das despesas. Mas é muito pequena perante o rol de necessidades e tem pequenos produtores de eventos, mas não da dimensão de Luanda.



Mário Mujetes © VE

Se não fosse director da cultura, o dinheiro da música daria para sobreviver?

Não chega! Não vivo da música praticamente. Dá-me notoriedade, mas ainda não me deu o conforto para viver. Recebo críticas de que me meti na política, mas digo que tenho de sustentar a minha família, mas grande parte das coisas que tenho é graças à música, como as casas e o carro. Sá aceitei o cargo, porque já tenho idade, experiência e formação para isso. Mas há coisas que nos ultrapassam, como custos, pagar despachantes, desalfandegar já tem que ver com as finanças e ministros de tutela.

A música angolana está no bom caminho?

Está, mas podia estar melhor. A música angolana, nos anos 1950 e 1960, estava à mesma altura das latino-americanas, em que tudo se executava era ‘ao vivo’. Esse virtuosismo dos instrumentistas acabou por desaparecer. Hoje é difícil ver ‘shows’ ao vivo, salvo alguns artistas que levam banda própria. As bandas acompanhantes estão a desaparecer. Houve um retrocesso.

É muito exigente na contratação?

Não, mas não aceito todos os convites. Isso também tem que ver com as condições, muitas vezes, oferecidas. Já actuei em mais de 230 casamentos grátis, caso o convite coincida com a minha presença não paga nada, mas se estiver em Cabinda têm de se acertar alguns detalhes.

Aceita actuar em ‘playback’?

Não consigo. Quando sou confrontado com isso fico desapontado. Salvo para a televisão. Começamos a preocupar-nos pouco com o trabalho vocal. Há artistas que não conseguem fazer ‘shows’ ao vivo. Quando vão às províncias então!!!

É natural de Cabinda, mas só tem uma canção em fiote? Porquê?

Porque prefiro ser artista e deixar a parte tradicional para quem o faz na perfeição. Também falo muito mal o fiote.

Ninguém sozinho consegue gravar um CD. Quando as pessoas têm mérito devem ser reconhecidas.

Estamos a fazer o nosso trabalho, uma espécie de levantamentos e de estudos. Os quadros da cultura não são especialistas na área, entram por concurso público, quando a cultura exige especificidade. Temos casas de cultura em quase todos os municípios.

PERFIL

Nome: Euclides Barros da Lomba
Naturalidade: Cabinda
Formação: Licenciado em Educação Musical
Álbum: ‘Livre serás’, ‘Desejo Malandro’, ‘Recado Num Semba’ e ‘3 em 1, grandes sucessos’.



NÚMEROS DA SEMANA

200

Número de trabalhadores da Toyota de Angola que deixaram o país devido à crise que forçou a reestruturação da empresa.

23

De Setembro, data em que arrancou a campanha agrícola 2016/2017, que teve como ponto de partida a província do Kwanza-Norte.

100

Toneladas de frango são abatidas, mensalmente, pela Fazenda Pérola do Kikuxi, em Luanda, segundo indicações da administradora do projecto, Elizabete Dias dos Santos.

15

Mil litros, quantidade de combustível contrabandeado para a República do Congo Brazzaville, apreendida pela Polícia Nacional, no Massabi, município de Cacong, Cabinda.

DELEGAÇÃO REGRESSA A ANGOLA

FMI 'inspecciona' novamente

Uma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI) regressa a Angola em Outubro, no âmbito das consultas regulares da instituição e depois de o Governo ter recuado no pedido de assistência que apresentou em Abril. Angola participa entre quatro e nove de Outubro, nas reuniões anuais do FMI e do Banco

Mundial. Ainda em Outubro, de 18 a 31, decorrem em Luanda as habituais reuniões com a missão do Fundo, ao abrigo do artigo IV (acompanhamento regular) da instituição.

Após estas consultas, o FMI emite normalmente recomendações sobre a gestão financeira e económica da governação do país. Em Julho,

Angola descartou um apoio financeiro do FMI, no âmbito do pedido de assistência para um programa de financiamento ampliado, justificando, na altura, a decisão com a subida da cotação do petróleo.

O Ministério das Finanças explicou ainda que o pedido de assistência (Extended Fund Facility, EFF) ao FMI foi feito numa altura em que a cotação do barril de crude atingiu "níveis muito baixos", chegando mesmo aos 28 dólares em Janeiro, quando actualmente ronda os 50 dólares. O apoio financeiro do FMI poderia chegar aos 4,5 mil milhões de dólares em três anos. Desde então, Angola já aprovou uma revisão do OGE e o ministro das Finanças, Armando Manuel, foi substituído no cargo por Archer Mangureira.



POR DECRETO

Vera Daves na presidência da CMC

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, nomeou, na passada sexta-feira, por decreto, Vera Esperança dos Santos Daves, para o cargo de presidente do conselho de administração da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), de acordo com uma nota da Casa Civil.

Nomeada duas semanas depois de o antigo PCA, Archer Mangureira, deixar a administração, Vera Daves sobe à presidência acompanhada por novos administradores executivos, também nomeados pelo PR, designadamente Hélder da Costa Cristelo, Ottoniel Lobo Carvalho dos Santos, Elmer Vivaldo de Sousa Serrão e Mário Edison Gourgel Gavião.

Antes da nomeação por José Eduardo dos Santos, o conselho de administração da CMC estava sob gestão interina de Patrício Vilar, um dos antigos administradores do consulado de Archer Mangureira, que ficou no cargo pouco mais de duas semanas.

GOVERNO ALTERA UNIDADE DE TAXAS DE TELECOMUNICAÇÕES

1.250 kwanzas por recarga

Os utilizadores das redes de telefonia móvel vão passar a pagar mais 2,8 kwanzas por unidades de taxa de telecomunicações (UTT), elevando para 10 kwanzas o preço por unidade de chamadas.

A medida, que vem confirmar uma notícia avançada, em exclusivo, pelo VE na sua edição número 16, reforça ainda que, para 125 UTT, as pessoas passam a pagar 1.250 kwanzas, de acordo com o ministro das Telecomunicações, José Carvalho da Rocha, que anunciou a alteração.

Com efeito, o saldo que actualmente custa 900 kwanzas (o mesmo que 7,2 x 125), vai passar a custar 1.250 kwanzas, a partir de finais de Outubro. A medida foi aprovada no fim da semana passada pela Comissão Económica e pela Comissão para a

Economia Real do Conselho de Ministro, que decidiu alterar as unidades de taxa de telecomunicações de 7,2 kwanzas para 10 kwanzas.

José Carvalho da Rocha justificou a posição com o actual contexto económico, reforçando que a actual taxa (7,2 kwanzas) "foi pensada num contexto diferente do que

se vive agora", apesar de garantir que o Governo "vai trabalhar com as operadoras para proteger os interesses do consumidor final".

"As recargas são baseadas numa taxa. É essa taxa que sofreu um incremento. A unidade de taxa de telecomunicações vai valer 10 kwanzas", resumiu o ministro.



O VALOR ESTA SEMANA

REGISTO INDUSTRIAL

Estrangeiros dominam

Cerca de 73% dos pedidos do registo de marcas que deram entrada no Instituto de Propriedade Industrial (IAPI), desde a criação em 1996, são de estrangeiros. A directora-geral da instituição, Ana Paula Miguel, reconhece que o instituto "não tem conseguido cumprir com as suas funções na totalidade". Pág. 11



PETRÓLEO

Cobalt em apuros

A Sonangol, que já havia pago um depósito de 250 milhões de dólares, dos quase 1,8 mil milhões, através da sua nova administração, desistiu da compra, abrindo mais uma fase na conturbada presença da empresa norte-americana em Angola. Em Agosto, as acções da empresa caíram quase 40% na Bolsa de Nova Iorque. As razões da queda poderão repetir-se. Pág. 15

TURISMO

Okavango 'bloqueado'

A feira do turismo Okavango/Zambembe, normalmente realizada em Outubro, por ocasião das festividades do dia Mundial do Turismo, a 27 de Setembro, foi adiada para Novembro. Os organizadores associam o atraso aos impactos da crise económica. Pág. 12